



Maria Beatriz da Costa Baptista de Leão

**A guerra de Canudos e a cultura republicana
nos jornais da capital federal**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Luís Reznik

Rio de Janeiro
Agosto de 2015



Maria Beatriz da Costa Baptista de Leão

**A Guerra de Canudos e a cultura republicana
nos jornais da capital federal**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luís Reznik

Orientador

Departamento de História - UERJ

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Presidente

Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Marcelo de Souza Magalhães

Departamento de História - UNIRIO

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Maria Beatriz da Costa Baptista de Leão

Graduou-se em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2011. É professora na rede privada de educação básica.

Ficha Catalográfica

Leão, Maria Beatriz da Costa Baptista de

A guerra de Canudos e a cultura republicana nos jornais da capital federal / Maria Beatriz da Costa Baptista de Leão ; orientador: Luís Reznik. – 2015.

88 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2015.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Guerra de Canudos. 3. Primeira República. 4. Cultura republicana. I. Reznik, Luís. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Aos meus pais, Nilson e Clarissa, que me deram a vida e me ensinaram (e ainda ensinam) a vivê-la com um amor que não conhece limites e não mede esforços; não há palavras suficientes no mundo para descrever meu amor e admiração por eles e o quanto são importantes para mim.

Aos meus avós e bisavós, por seu amor, carinho e atenção especiais em todos os momentos.

A toda a minha família, tão grande que não conseguiria listar, que sempre esteve ao meu lado, dividindo comigo minhas alegrias e minhas tristezas.

Aos meus padrinhos, Arnaldo e Andrea, por todo seu amor, cumplicidade e amizade desde que nasci.

Aos amigos Joana, Bianca, Luciana, Juliana, e Thiago, pessoas com quem as alegrias se multiplicam e as angústias e tristezas se tornam muito mais leves.

Aos amigos todos, pessoas muito queridas que fui conhecendo ao longo da vida, e que, cada um à sua maneira, enriqueceram minha caminhada e me deram os mais diversos motivos para sorrir.

Ao professor Luís Reznik, sem o qual este trabalho não seria possível. Agradeço por seu apoio, generosidade, orientação preciosa e carinho ao longo da pesquisa e produção desta dissertação.

Aos professores Leonardo Pereira e Marcelo Magalhães, pela contribuição e leitura cuidadosa e generosa deste trabalho.

A todos os meus queridos professores da PUC-Rio, com quem aprendi, e continuo aprendendo, o ofício do historiador e do professor de História, para poder exercer minha profissão tão amada.

Aos meus professores do Colégio Santo Inácio, que me inspiraram para a escolha de minha profissão; o carinho e as aulas de cada um deles foram fundamentais para que me tornasse quem hoje sou.

A todos do departamento de História da PUC-Rio, especialmente Edna, Cleuza, Anair, e Claudio, por sua ajuda e carinho com os alunos em todos os momentos.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos durante o Mestrado para a realização deste trabalho.

Resumo

Leão, Maria Beatriz da Costa Baptista de; Reznik, Luís. **A Guerra de Canudos e a cultura republicana nos jornais da capital federal.** Rio de Janeiro, 2015. 88p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O tema principal desta dissertação é a guerra de Canudos (1896-1897) tal como apresentada por dois jornais da capital federal: *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. As reportagens destes dois jornais são a documentação analisada neste trabalho. Mudanças políticas implicam na criação ou reafirmação de símbolos e valores que podem vir a constituir uma *cultura política* que legitime o novo regime. A República ainda não havia conseguido a estabilidade desejada para garantir a continuidade do regime, e o conflito foi visto como uma oportunidade de consolidar a cultura republicana no Brasil, criando-se nas páginas destes jornais o ideal de patriotismo do novo regime, bem como seus heróis e inimigos.

Palavras-chave

Guerra de Canudos; Primeira República; cultura republicana.

Abstract

Leão, Maria Beatriz da Costa Baptista de; Reznik, Luís (Advisor). **The war of Canudos and the republican culture in the newspapers of the federal capital.** Rio de Janeiro, 2015. 88p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main theme of this dissertation is the war of Canudos (1896-1897) as featured in two newspapers of the capital of Brazil: *Jornal do Brasil* and *O Paiz*. The reports in those two newspapers are the documentation analysed in this work. Political changes implicate the creation or the reaffirmation of symbols and values that may constitute a *political culture* that legitimates the new regime. The Republic hadn't become stable yet, and the conflict was seen as an opportunity to consolidate the republican culture in Brazil, by creating on the pages of these newspapers the ideal of patriotism of the new regime as well as its heroes and enemies.

Keywords

War of Canudos; First Republic; republican culture.

Sumário

1. Introdução	9
2. A Primeira República, a Guerra de Canudos e a imprensa	
2.1. A Primeira República no Brasil	13
2.2. A imprensa durante a Primeira República	17
2.3. A Guerra de Canudos	21
2.4. A cultura política republicana	34
3. “Hoje como sempre!”: O <i>Jornal do Brasil</i> e a defesa do governo republicano	
3.1. <i>Jornal do Brasil</i> : de monarquista a republicano	41
3.2. O apoio do <i>Jornal do Brasil</i> à República durante a Guerra de Canudos	43
3.3. Fanatismo, atraso e barbárie X ordem, progresso e civilização: o embate entre a Monarquia e a República	48
3.4. A vitória do “progresso” republicano sobre o “atraso” monárquico	56
3.5. O <i>Jornal do Brasil</i> e a cultura republicana	57
4. “Fiel sustentador” da República: O <i>Paiz</i> e a Guerra de Canudos	
4.1. A “cidadela maldita”: ameaça para a República, a ordem e o progresso	60
4.2. “A catástrofe”: a expedição Moreira César	63
4.3. A Monarquia como “planta de clima frio em região tropical”	72
4.4. O período da expedição de Arthur Oscar	75
4.5. A vitória republicana	79
4.6. O <i>Paiz</i> e a cultura republicana	82

5. Considerações finais	84
Referências Bibliográficas	87

1. Introdução

Euclides da Cunha publicou sua obra-prima, *Os Sertões*, em 1902, cerca de cinco anos após o fim do conflito de Canudos. Como articulista – escrevendo os famosos artigos intitulados “A nossa Vendeia”¹ – e depois como correspondente do *Estado de São Paulo* no sertão baiano, ele via o conflito como a batalha da República contra os monarquistas fanáticos de Conselheiro. E, naturalmente, a República sairia “triunfante desta última prova”².

De volta a São Paulo, após a guerra, Euclides da Cunha renova sua interpretação para os acontecimentos em Canudos, e muda sua posição; a campanha realizada pelo exército passa a ser entendida por ele como um *crime*³ cometido pelos homens do litoral, que não compreendiam de todo quem eram seus compatriotas do sertão. E, nas páginas de *Os Sertões*, o autor resume o que considera ser o verdadeiro espírito do sertanejo em poucas palavras: ele “é, antes de tudo, um forte”⁴. Com esta frase simples, Cunha descreveu todo o ânimo do homem do sertão. Homem este que foi transformado em vilão ao longo do quase um ano de guerra no sertão da Bahia. O “Hércules-Quasímodo” ganhou ares de fanático incorrigível, de bandido, inimigo maior da República que ainda vivia seus primeiros anos.

Quem difundiu esta imagem vil para o homem sertanejo foi o discurso republicano, que buscava legitimar o extermínio que pretendia levar a cabo na região do sertão baiano. O exército republicano, que massacrou os conselheiristas na quarta expedição, foi tratado, por sua vez, como heroico e destemido, exatamente por ter conseguido cumprir com o objetivo de liquidar o arraial de Conselheiro.

Um dos meios mais utilizados para a divulgação destas imagens foram os jornais do período. Em suas manchetes e notícias, apareciam homens fanáticos e

¹ O primeiro artigo de Euclides da Cunha intitulado “A nossa Vendeia” é de 14 de março de 1897, e o segundo, também com este título, de 17 de julho do mesmo ano.

² CUNHA, Euclides. “A nossa Vendeia”. IN: ANDRADE, Olímpio de Souza. (org.). *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, 1994. p. 70.

³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: a Campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 207.

⁴ Idem, p. 67.

homens gloriosos, homens covardes e homens valentes; esse era o antagonismo apresentado nos periódicos entre conselheiristas e soldados do exército.

A guerra de Canudos é um episódio significativo da história do Brasil. Foi um conflito em que o exército republicano se viu desafiado diante de uma população oriunda de uma parte do Brasil que muitos viam quase como outro país, tão díspares eram as realidades de litoral e sertão.

Esta guerra, abordada em *Os Sertões* como um crime cometido por “mercenários inconscientes”, foi um momento importante na consolidação da República no Brasil, porque, durante o confronto, heróis – especialmente ligados ao exército – foram criados ou reafirmados, e os inimigos da pátria se concretizaram na imagem dos sertanejos. Criava-se, assim, um sentimento de pertença da população brasileira, e em particular a da capital federal, ao regime republicano baseado na dualidade litoral/República e sertão/Monarquia.

O período vivido pela República era conturbado. O 15 de novembro completava sete anos em 1896 – quando estourou o conflito de Canudos –, e ainda não havia qualquer garantia da continuidade do regime que se instaurara. Muitas revoltas aconteceram durante os primeiros anos republicanos, dificultando o caminho para a estabilidade republicana. As Revoltas da Armada e a Revolução Federalista, por exemplo, foram notadamente momentos de ameaça para a República, sendo duramente reprimidas pelo governo. A guerra de Canudos, porém, foi a ocasião em que o regime se viu mais profundamente desestabilizado, em função da resistência sertaneja às expedições enviadas para destruir o arraial.

A presente dissertação trabalha com este período da guerra de Canudos a partir de dois jornais do Rio de Janeiro, abordando sua contribuição para a consolidação de uma cultura republicana na cidade – centro político do Brasil – e no país. A escolha pelos periódicos *Jornal do Brasil* e *O Paiz* se deu em razão de sua ampla circulação na capital federal; *O Paiz*, inclusive, estampava em suas capas que era este o jornal de “maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”. Além deste motivo, há a trajetória política dos dois jornais. Enquanto o *Jornal do Brasil* nasceu como periódico monarquista, e, depois de ser fechado, reabriu assumindo declaradamente uma postura republicana, *O Paiz*, fundado ainda nos tempos do Império brasileiro, sempre se afirmou defensor da República como o melhor regime político para o Brasil.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, contando com a introdução e as considerações finais.

O capítulo 2 trata das principais questões e conceitos que norteiam esta dissertação, e da contextualização do período em que o Brasil vivenciou a guerra de Canudos. É abordada a fragilidade dos primeiros anos de República no país, anos em que não se tinha qualquer certeza de que seria possível a manutenção do regime.

Justamente por ser um momento de mudanças políticas no país, a estabilidade do regime dependia em parte da construção – ou consolidação – de uma cultura política própria, que pudesse ajudar a legitimar o novo regime. Neste sentido, é apontado aqui que a guerra de Canudos foi de grande importância, e que os jornais da capital federal estudados neste trabalho – o *Jornal do Brasil* e *O Paiz* – foram veículos que auxiliaram na disseminação desta cultura republicana quando do conflito no sertão.

Já se discutiu a importância dos jornais, de maneira geral, para a divulgação de ideias e imagens sobre a guerra de Canudos na época em que ocorreu o confronto das forças oficiais com os conselheiristas; o que é feito aqui é uma análise mais cuidadosa de dois jornais específicos da capital federal, com o uso do conceito de “cultura política” para abordar o tema.

A guerra de Canudos foi um momento oportuno para a concretização de um imaginário republicano comum aos habitantes da capital federal. Com ela, se solidificou o que era o ideal de cidadão republicano – o próprio soldado do exército, que no sertão estava dando seu sangue e sua vida pela República – e o que era o inimigo maior a ser combatido – aqueles que, supostamente, estavam defendendo a volta da Monarquia. É reafirmado, com este episódio da história do Brasil, que a República era o caminho para o progresso e a civilização, associando o “atraso” e “barbárie” dos sertanejos ao “atraso monárquico”.

O capítulo 3 é dedicado à análise do *Jornal do Brasil*, escolhido como fonte documental por sua trajetória e por sua popularidade na época do conflito. O periódico foi fundado, em 1891, como monarquista, e, após ser fechado, reabriu em 1894 se posicionando como veículo republicano. Foi alterada inclusive a data de sua fundação para 15 de novembro – data em que recomeçou os trabalhos em 1894.

Em sua cobertura sobre a guerra, o *Jornal do Brasil* deixa clara sua postura republicana de diversas formas. Há um momento em que o jornal defende explicitamente seu posicionamento, afirmando enfaticamente ser defensor da

República e dos interesses do regime – ainda que estes, segundo o periódico, não se confundam com os do *governo*. De forma mais sutil, o veículo utiliza pronomes na primeira pessoa do plural ao se referir ao exército republicano, e em terceira pessoa para tratar dos conselheiristas. Cria-se, assim, uma espécie de “nós” e “eles” – “nós”, homens do litoral, republicanos, defensores da ordem e do progresso, *versus* “eles”, homens ignorantes do sertão, bandidos fanáticos que foram arrebanhados por Antônio Conselheiro e formaram um arraial que pretendia derrubar a República e restaurar a Monarquia.

O capítulo 4 se debruça sobre *O Paiz*, jornal que já nasceu republicano, em 1884, ainda antes da proclamação da República. *O Paiz*, como se verá, fez uma cobertura ainda mais agressiva em relação aos conselheiristas do que o *Jornal do Brasil*. O periódico utiliza também em seu discurso os pronomes na primeira pessoa do plural para escrever sobre o exército, e na terceira para os sertanejos; o exército republicano é o “nosso exército”, composto por “nossos bravos soldados”, defendendo o ideal republicano contra o atraso monárquico a que os “bandidos fanáticos” queriam voltar. Estabelece-se a mesma ideia de “nós” *versus* “eles”, em que o pronome “nós” – os homens do litoral, entre os quais se encontram os editores e leitores d’*O Paiz* – representa a civilização, e o pronome “eles”, a barbárie.

Assim, os dois periódicos analisados como estudos de caso, contribuíram para a disseminação de uma cultura republicana que ainda se estabelecia no país; o processo de enraizamento desta cultura política vinha acontecendo na capital federal desde a década de 1880, conforme argumenta a historiadora Maria Teresa Chaves de Mello. A República ainda se encontrava em um estado de grande instabilidade quando estourou o conflito no sertão, e, por isso, este foi visto como um episódio importante para a consolidação do republicanismo no Brasil. Eram construídos, dia após dia de guerra, novos heróis e novos vilões, mais concretos do que aqueles que foram associados à ideia de República logo após o 15 de novembro – como é o caso de Tiradentes, por exemplo. Estes heróis e vilões estavam em ação naquele momento, no estado da Bahia, sendo, portanto, figuras reais que encarnavam o que era desejado para o país e o que se pretendia afastar de vez.

2. A Primeira República, a Guerra de Canudos e a imprensa

2.1. A Primeira República no Brasil

Em 15 de novembro de 1889, era proclamada a República no Brasil. A abolição da escravidão foi o golpe fatal para a Monarquia, que teve seu fim após um lento processo de desgaste. De acordo com Maria Teresa Chaves de Mello, este quadro de desgaste vinha se apresentando desde cerca de 1870, com a propaganda republicana ganhando mais força no país. Isso porque os republicanos fizeram com algum êxito a associação entre Monarquia e atraso, e República e progresso; assim sendo, a única via para o crescimento e avanço do Brasil era o fim do regime monárquico e a implementação de um regime republicano. Este estava ligado não só ao progresso, como à democracia e à soberania popular, enquanto a Monarquia estava intimamente relacionada à tirania e à centralização do poder; Monarquia e República formavam um “par antônimo assimétrico”. Afirma Mello:

Se a propaganda republicana teve alguma eficácia política, muito deveu ela ao recurso a um instrumento de retórica de grande força persuasiva: o emprego do par antônimo assimétrico. Seu emprego foi uma constante nas conferências, nos opúsculos e nos textos teóricos.

Trata-se de colocar em confronto dois conceitos, formando com eles um par antitético – no caso, monarquia e república –, onde um dos elementos apresenta o outro de maneira que este não se reconhece. Na propaganda, à monarquia buscou-se colar noções tais como despotismo, irresponsabilidade do mandante, corrupção, atraso etc. Na outra ponta do novelo, a república incorporou termos limítrofes como democracia, igualdade, talento, progresso, federalismo, revolução, cidadania, nação, americanismo. São termos que constituíram um grupo autorreferente capaz de desmerecer, pela via da assimetria, o regime monárquico.⁵

Maria Efigênia Lage de Resende alega que, com o 15 de novembro, se instaurou, mais do que um regime republicano, um *liberalismo oligárquico*, expressão com que a autora caracteriza o período que se estende entre 1889 e 1930:

Ambígua e contraditória, a expressão revela que o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao

⁵ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *Com o Arado do Pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. 294f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. pp. 22-23.

interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil.⁶

Com a expressão *liberalismo oligárquico*, se quer designar um momento da história brasileira em que havia uma Constituição liberal, somada a “práticas oligárquicas”⁷ de governo.

O país, agora republicano, tinha que estabelecer as bases do novo regime, tarefa inicialmente assumida pela Assembleia Constituinte, que teria de redigir a primeira Constituição da República brasileira. Seu grande modelo, conforme comenta Resende, é a Constituição dos Estados Unidos; afirma a autora que “com ele, enquadra-se o Brasil na tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo político e econômico.”⁸

Como aponta a historiadora, a principal inovação da Constituição republicana é o federalismo, em oposição ao centralismo imperial. O regime federalista conferia aos estados uma autonomia que antes as províncias não tinham, e aos coronéis um papel fundamental para o funcionamento da chamada “política dos governadores”, uma das características da Primeira República.

Na República, governadores ou presidentes, conforme denominado na respectiva constituição de cada estado, são eleitos e detêm uma enorme soma de poder que lhes advém do próprio texto constitucional. Eles dirigem e controlam a política do estado a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais. Nesse processo, os coronéis, nos municípios, serão peças-chave.⁹

As oligarquias estaduais, cuja base são os partidos dos estados, se organizavam com uma forte participação dos coronéis, e de bacharéis, médicos, advogados, etc. De acordo com Resende, o coronelismo não é o mesmo que o mandonismo familiar que se verifica ao longo de toda a história do Brasil, mas sim um fenômeno particular que começa com a chegada dos tempos republicanos, e se encerra com a Revolução de 1930. Nas palavras da historiadora, “O coronelismo tem uma identidade específica, constitui um sistema político e é um fenômeno datado.”¹⁰

⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República”. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. (O Brasil Republicano). p. 91.

⁷ Idem.

⁸ Idem, p. 93.

⁹ Idem, p. 95.

¹⁰ Idem, p. 96.

O coronel era uma espécie de referência fundamental nesta sociedade que se organiza com a República Oligárquica:

Um coronel importante constituía assim uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira.¹¹

A Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1891, conforme expõe Resende, se preocupou mais com a organização da estrutura política do que com as discussões sociais que o momento impunha; os direitos com que se ocuparam os membros da Assembleia foram os *individuais* e *políticos*, não *sociais*. A primeira Constituição republicana não tinha como objetivo a “construção do processo de participação dos cidadãos no exercício do poder.”¹² Muitas demandas sociais ficaram sem resposta após a elaboração da Constituição brasileira.

Assim, a Primeira República no Brasil teve, em seus primeiros anos, alguns importantes movimentos sociais e revoltas, indicadores de um período em que o regime republicano e o pacto federativo ainda não estavam bem consolidados. A República não tinha estabilidade política o suficiente para não temer o retorno da Monarquia no país.

O momento em que a Guerra de Canudos ocorreu está inserido, por conseguinte, em um contexto de instabilidade do regime republicano. Como afirmou Renato Lessa,

Ao completar cinco anos, a República não apresentava nenhuma remota garantia a respeito de sua viabilidade futura. (...) Consolidadores, pacificadores, históricos e tantos outros rótulos soam como identidades duvidosamente apropriadas para atores que, de fato, se encontravam mergulhados em um **momento político volátil**. Seus problemas e apostas eram impotentes para eliminar a sensação de fugacidade. Os governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, assolados pela instabilidade e pela ausência de rotinas institucionais, caracterizaram-se por um absurdo padrão de entropia autossustentada. A cada procedimento ou ação empreendida visando a dotar o sistema de poder de maior governabilidade, sobressaíam novos conflitos e maior anarquia.¹³

Os primeiros anos após a proclamação da República em 1889 foram uma época de disputas entre diferentes projetos, e de medo do retorno à Monarquia.

¹¹ FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 8. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 173.

¹² RESENDE, p. 102.

¹³ LESSA, 1988, op. cit., p. 73. (grifos meus)

Houve diversas insurreições que preocuparam os republicanos quanto à manutenção do regime, como a Revolução Federalista no Sul do país, e as duas revoltas da Armada, no Rio de Janeiro.

O medo do retorno à Monarquia e a crença de que ela representava tudo que havia de atrasado no país eram uma realidade nos primeiros anos de República. Segundo Elio Chaves Flores,

(...) num primeiro momento, os propagandistas e os que participaram da proclamação da República estavam convictos de que o mal do Brasil era mesmo a Monarquia. Daí se esforçarem para demonstrar que a República seria o exercício do poder em torno do bem comum, do respeito à coisa pública, vista como de todos, de uma coletividade nacional.¹⁴

Na análise de Renato Lessa, a instabilidade da República tinha sua origem no interior do próprio regime, que não fora capaz de, em seus primeiros anos de existência, consolidar suas instituições.

O que ameaçava o novo regime não era o sebastianismo monarquista ou florianista, a fúria plebeia da Rua do Ouvidor ou os “monarquistas” de Canudos, mas sim a sua não institucionalização e a não definição das regras de constituição da *polis*. À anarquia dos governos militares pode-se atribuir, em parte, paternidade de fatores exógenos: revoltas da armada, revolução federalista no Rio Grande do Sul e diversos motins que a crônica não batizou. No governo Prudente, (...) a anarquia foi predominantemente endógena.¹⁵

Lessa afirma que somente com o governo de Campos Salles, e a “Política dos Governadores” que se instaura então, a República começa a se estabilizar no Brasil:

Na história republicana brasileira, o governo de Campos Salles representa o início da rotinização do regime. O sistema político definido pela Carta de 1891, carregado de imprecisões e dilemas, ganha, através de um pacto não escrito, contornos mais concretos.¹⁶

A Guerra de Canudos se insere no período do governo imediatamente anterior ao de Campos Salles, do presidente Prudente de Moraes. Com a derrota de três expedições enviadas pelo governo republicano, a campanha teve uma enorme repercussão na capital federal. Esta repercussão pode ser sentida nas páginas dos jornais que circulavam pelo Rio de Janeiro à época; o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*,

¹⁴ FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República”. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). op. cit. p. 52.

¹⁵ LESSA, 1988, op. cit., pp. 74-75.

¹⁶ Idem, p. 99.

aqui analisados, são estudos de casos das interpretações e imagens que foram veiculadas sobre este conflito e sobre a própria República neste período.

Durante a Guerra de Canudos, a instabilidade do governo republicano se acentuou, especialmente porque as forças militares enviadas para derrotar os homens de Conselheiro fracassavam expedição após expedição. Jacqueline Hermann faz uma análise importante do momento vivido pelo Brasil quando chegam à capital federal as notícias sobre a terceira expedição a Canudos – ponto crucial da história do conflito, em que os jornais passam a dar maior destaque ao que ocorria nos sertões baianos.

O país vivia então o primeiro governo civil depois da proclamação da República, tendo à frente Prudente de Moraes, presidente empossado como representante dos cafeicultores paulistas, em 1894. O momento político era extremamente delicado e o governo de Prudente de Moraes foi cenário do auge da disputa entre militares e civis pela liderança do poder nos primeiros momentos da República. A ação militar da proclamação, a falta de legitimidade desse grupo no mundo político, além das dissensões internas do próprio exército, tornaram extremamente frágil a adoção de um governo militar para a República brasileira. Se na luta contra a Monarquia e todos os seus pressupostos o conjunto dos republicanos parecia unido, depois da proclamação o embate entre diferentes projetos políticos e institucionais se explicitou de forma inequívoca.

Foi em meio a esse cenário político instável e potencialmente explosivo que a capital federal e as autoridades republicanas receberam a trágica notícia do inesperado desfecho da Terceira Expedição enviada a Canudos, em março de 1897. O coronel Moreira César, eminente figura do Exército brasileiro que liderava as tropas legais, fora morto pelos conselheiristas. **Canudos parecia invencível e cresciam os rumores de que a resistência sertaneja contava com ajuda externa e fazia parte de uma conspiração monárquica internacional.**¹⁷

2.2.

A imprensa durante a Primeira República

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. (...) Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional.¹⁸

¹⁷ HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República”. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). op. cit. p. 140. (grifos meus)

¹⁸ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 8.

A citação acima provoca algumas reflexões pertinentes acerca do papel da imprensa na história. Em diversas ocasiões, jornais e outros veículos de comunicação de massa se tornam mecanismos de ação política, difundindo discursos e imagens entre a população que influenciam profundamente o curso da história do país. Como a autora Walnice Galvão destaca, “Sendo, como foi, de enorme importância informativa, o jornal desse tempo suscita no leitor de hoje a opinião de que tudo (...) se passa nas páginas dele. E não só se passa como se cria, sejam incidentes, intrigas, ou até mesmo conspirações.”¹⁹

É o que se pode observar com a Guerra de Canudos, conflito que encontrou amplo espaço nos jornais brasileiros, e em que as ações do governo foram, de certo modo, justificadas em suas páginas.

No século XIX, os jornais passaram a ser os mais importantes meios de comunicação e informação de massa. No Brasil, neste período, vários deles foram criados; alguns conseguiram se manter e se firmar, e outros, por falta de recursos ou por brigas políticas, deixaram de ser editados após poucos números publicados. Outros já surgiam com prazo para acabar: eram edições comemorativas ou dedicadas a uma pessoa ilustre²⁰.

Ao final do século XIX, o Brasil vivia um processo de modernização e de transformações políticas, como já foi dito anteriormente. Os jornais estavam inseridos também neste contexto de mudanças e inovações técnicas. Conforme as palavras de Marialva Barbosa, “os periódicos vivem a febre da modernização”²¹. Durante a Belle Époque, segundo Maria de Lourdes Eleutério,

O tripé indispensável à sustentação da grande empresa editorial se erguia. Configurava-o, basicamente, a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel. E mais: o telefone e o telégrafo constituíram-se em instrumentos agilizadores da transmissão dos dados que convergiam para a redação²².

O desenvolvimento do telégrafo permitiu aos jornais a publicação de telegramas internacionais, por meio da distribuição destes por uma agência de

¹⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição)*. São Paulo: Ática, 1974., p. 18.

²⁰ Idem, p. 15.

²¹ BARBOSA, 2010, p. 117.

²² ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. IN: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84.

notícias que se instalou na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1874 – a *Havas*²³. Outras inovações se fizeram presentes nas páginas dos periódicos: charges, caricaturas, fotografias, e impressão de melhor qualidade. O público-alvo se ampliou, à medida que o hábito da leitura, nas cidades, também cresceu no período. Afirma Marialva Barbosa que

Nos vestígios deixados pelos múltiplos documentos, pelos textos literários e pelas descrições contidas nos próprios periódicos, a leitura passa a ser hábito nas cidades [entre 1880 e 1900]. Nas soleiras ou apoiados nos umbrais das portas, debaixo dos postes iluminados, nos bondes, nas praças, ruas e avenidas há, em múltiplas descrições, referência aos leitores. As leituras estão também nos cafés, nos espaços do trabalho, nas salas de visitas das casas. Leituras diversas de uma sociedade já imersa no mundo da impressão.

(...)

Cria-se o hábito de fixar os exemplares nas portas das redações. Em torno das publicações, o público comenta, em voz alta, as últimas notícias. No carnaval, os cortejos das sociedades e dos ranchos dirigem-se às redações, dando vivas aos jornalistas. Nas datas importantes e nos momentos de crise, observa-se o mesmo movimento.²⁴

Buscando mais leitores, os jornais deram mais espaço para folhetins, beneficiando também os escritores, que alcançavam maior visibilidade do público²⁵. Nas palavras de Eleutério, este foi um “ensaio da comunicação de massa”²⁶.

Portanto, entre 1880 e 1900, com o crescimento dos leitores nas cidades, o alcance dos jornais como agentes formadores de opinião e de consolidação da cultura republicana se torna maior do que nas décadas anteriores.

A partir da década de 1880, os jornais começaram a construir para si próprios uma imagem de imparcialidade e compromisso com a verdade. Criou-se, então, um senso-comum que atribuída às notícias por eles veiculadas a neutralidade que garantia serem informações verdadeiras e confiáveis²⁷:

A partir de 1880, num longo processo, os diários, ao lado de outras instituições da sociedade civil, formulam e sedimentam imagens. Entre essas construções, destacam-se (...) as considerações em torno da visão da imprensa. O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, porque representam o pensamento da sociedade, graças à sua popularidade. O jornal é também a própria verdade, porque impresso, transforma-se em documento,

²³ BARBOSA, p. 117.

²⁴ BARBOSA, 2010, p. 118.

²⁵ Idem, p. 141.

²⁶ ELEUTÉRIO, 2012, p. 83.

²⁷ Idem. p. 131.

o que, *a priori*, identifica o que está contido em suas páginas com a verdade absoluta.²⁸

No entanto, sabe-se que o jornalista, ao escrever sobre um acontecimento, cria para este uma determinada narrativa, uma imagem específica, no jogo “lembrança e esquecimento”, selecionando o que deve ser levado a público – e mantido como registro de um tempo – e o que é melhor, de seu ponto de vista, ficar oculto e, por fim, esquecido. O jornal é uma “espécie de memória escrita de uma determinada época”²⁹. Conforme as palavras de Marialva Barbosa,

É preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. A memória é, antes de tudo, a dialética entre lembrança e esquecimento.³⁰

Pode-se afirmar que os jornais de 1897 foram parte relevante na formação de um conjunto de imagens amplamente difundidas acerca de Canudos e da República brasileira que buscavam justificar o massacre final do arraial. Foram acontecimentos tão impactantes e relevantes os que se passaram na região de Canudos que esta guerra, se não criou, intensificou o hábito jornalístico de enviar correspondentes para o local dos conflitos, de modo a informar sobre os eventos. Mais do que enviados especiais, muitas vezes eram “especializados” – no caso da Guerra de Canudos, muitos dos enviados eram oficiais do exército, em exercício ou não³¹. O mais famoso destes enviados, Euclides da Cunha, era tenente reformado.

Walnice N. Galvão divide as representações jornalísticas que foram feitas acerca da Guerra de Canudos, de acordo com seu tom, em três categorias: galhofeira, sensacionalista, e ponderada. A Guerra de Canudos, como fica claro especialmente no capítulo dedicado à representação galhofeira, foi amplamente utilizada para os mais diversos fins, desde sátira política até propaganda para o comércio. Segue um exemplo de como anunciantes aproveitavam as notícias destes conflitos:

“ESPANTOSO

²⁸ Idem, p. 131.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ GALVÃO, 1974, op. cit., p. 109 - 110.

“Por pessoas recentemente chegadas de Canudos, ouvimos o seguinte:

“Que no último ataque, um grupo de valentes soldados, depois de ter esgotado a munição, lembraram-se de correr a pontapés os conselheiristas, confiados na resistência do calçado que foi comprado na popular casa O Monumento.

“Que feliz ideia!...”³²

Sobre a representação sensacionalista, a autora ressalta o papel do jornal *O Paiz* como “o campeão do sensacionalismo”. O grande apoio da população ao combate a Canudos é visto por Galvão como obra dos jornais sensacionalistas, que construíram uma imagem específica para os conselheiristas como inimigos da República.

Há ainda a representação ponderada, em que os jornalistas tentavam falar “em nome do bom senso”³³. Esta seria uma representação de Canudos mais próxima dos ideais jornalísticos que começavam a ser divulgados nesta época de busca da verdade e da isenção nas notícias.

A Guerra de Canudos teve seus principais acontecimentos estampados nas páginas dos principais jornais do país, especialmente após a terceira expedição. Nem todos os periódicos trataram estes eventos da mesma forma, mas há um aspecto comum a vários deles: a imagem do arraial de Canudos como uma espécie de conspiração monarquista para derrubar o regime republicano.

2.3.

A Guerra de Canudos

Nesse contexto de instabilidades e incertezas aconteceu a Guerra de Canudos, entre novembro de 1896 e outubro de 1897, nos sertões da Bahia. O historiador Frederico Pernambuco de Mello afirma que “No quadro das agitações que se seguem à proclamação quase mansa da República entre nós, a Guerra de Canudos se põe como episódio culminante.”³⁴

Este foi, de fato, um episódio da História do Brasil muito significativo, principalmente em termos políticos, sociais e religiosos. Em termos religiosos porque Antônio Conselheiro deu nova significação ao catolicismo para seus seguidores, assim como Padre Cícero no caso de Juazeiro. Sociais porque o arraial

³² *Diário de Notícias*, edição de 12 de agosto de 1897, apud GALVÃO, 1974, op. cit., p. 53.

³³ GALVÃO, 1974, op. cit., p. 76.

³⁴ MELLO, Frederico Pernambuco de. *A guerra total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007. p. 13.

de Canudos era uma tentativa de construção de uma sociedade alternativa à organização social vigente. Por fim, políticos pelo fato de os conflitos terem assumido um caráter de disputas entre poderes locais, nacionais e, mais do que isso, pelo medo criado e espalhado pelo país de que Belo Monte³⁵ fosse um reduto monarquista.

O líder de Belo Monte

(...) o Exército brasileiro não se bateu contra nenhum idiota, em Canudos, mas contra um místico de inteligência superior, capaz de levar seu povo a uma guerra total, vale dizer, a uma guerra protagonizada por homens, mulheres, velhos e meninos, na defesa de uma cidadela escolhida com perfeição, uma vez que afastada de outros burgos, além de servida pelo rio Vaza-Barris e por inúmeras estradas por onde fluía uma viva cadeia de abastecimento.³⁶

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, no Ceará, em 1830. Por vontade do pai, foi estudar para se tornar padre, e teve lições de português, latim e francês, mas teve de abandonar os estudos e ajudar a conduzir os negócios do pai. Quando este morreu, em 1855, Antônio Maciel ficou sendo o chefe da família. Não muito tempo depois, casou-se, e teve “dissabores domésticos”³⁷ que o fizeram mudar-se para Sobral em 1859. Devido ao fato de ter sido traído pela esposa, acabou com seu casamento e mudou-se novamente, desta vez para Campo Grande, onde trabalhou como escrivão de paz. Depois, em Ipu, foi requerente do foro. Portanto, assim como afirmou Pernambuco de Mello, não se deve tomar por verdadeira a imagem de homem rústico ou ignorante que diversas vezes quiseram atribuir-lhe, especialmente à época do conflito.

Por algum tempo, Antônio Maciel desapareceu do Ceará, para onde só retornou em 1876, preso pela polícia baiana, acusado de ter assassinado a mãe e a esposa³⁸ e fugido da justiça cearense. Neste momento, já se vestia com o hábito azul de brim, e também adotara a vida ascética, e as denominações de peregrino e beato.

³⁵ Belo Monte é o nome que foi dado a Canudos por Antônio Conselheiro e seus seguidores.

³⁶ MELLO, 2007, op. cit., p. 86.

³⁷ MONTEIRO, Douglas Teixeira. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 9. p. 66.

³⁸ Esta história dos homicídios supostamente cometidos por ele teve grande circulação graças a uma peça de teatro escrita por Júlio César Leal, e publicada por diversos jornais, especialmente no ano de 1897, auge dos conflitos de Canudos. (GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte em Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.)

De 1877 – quando já era chamado de “Antônio Conselheiro” – a 1893, ficou vagando pelo interior nordestino, passando também pelo litoral. Em suas andanças, promoveu reformas a igrejas e cemitérios, e, desta forma, era bem visto pela Igreja e pela oligarquia local, já que à primeira favorecia por poupar as despesas que teria com os reparos, e à segunda por auxiliá-la com mão-de-obra gratuita para obras públicas, e pelos votos em potencial de todo aquele contingente humano.

No entanto, as benesses da constante peregrinação de Antônio Conselheiro e seus seguidores ficaram em segundo plano para os potentados do sertão, tanto clérigos quanto leigos, quando o líder se tornou uma ameaça aos seus interesses. Seu prestígio crescia, o rebanho formado por homens, mulheres e crianças que seguiam Conselheiro pelos sertões aumentava a cada dia, e conforme o testemunho de um coronel, em 1887, “o povo costuma confluir em massas aos atos de Antônio Conselheiro, a cujo aceno cegamente obedece (...)”³⁹. Os donos de propriedades agrárias estavam vendo seus trabalhadores acorrerem em massa aos chamados do beato, e os párocos locais estavam perdendo seu lugar para as pregações por ele realizadas. É interessante assinalar que, segundo Walnice Galvão, ainda que fizesse pregações e orações com os fiéis, Antônio Conselheiro jamais pretendeu tomar o lugar dos sacerdotes nas funções que somente a eles cabiam, como, por exemplo, ministrar os sacramentos⁴⁰.

A partir de então, as principais autoridades locais começaram a ver os conselheiristas como um perigo que deveria ser combatido. Seu poder estava ameaçado, e esta situação não poderia continuar assim por muito tempo.

Uma nova sociedade

Pernambuco de Mello caracteriza os sertanejos em sua obra concordando com o que Euclides da Cunha afirmou: o homem do sertão era um “retrógrado”, porque mantinha – por seu isolamento geográfico e histórico – tradições, hábitos, costumes de séculos atrás, e não havia ainda tomado conhecimento do progresso do litoral. Escreveu Mello:

À parte certas considerações sobre mestiçagem, não há como discordar de Euclides da Cunha quando, fazendo expressa referência ao “abandono em que jazem” os

³⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. [1887]. apud MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 33.

⁴⁰ GALVÃO, 2001, op. cit., p.65.

nossos “rudes patrícios dos sertões do Norte”, conclui ser o sertanejo “um retrógrado” e não “um degenerado”. Realmente, é a imagem de um retrógrado que estamos pintando nessa tentativa de caracterização do homem sertanejo do Nordeste. Retrógrado porque envolto por toda uma estrutura familiar, política, econômica, moral e religiosa arcaica e arcaizante, fruto de um isolamento de séculos.⁴¹

Portanto, para este autor, o sertanejo estava vivendo um Brasil de atraso se comparado ao mundo do litoral, modernizando-se pela chegada de “influxos civilizadores”⁴² que vinham do mar, especialmente europeus.

Walnice Galvão também aborda a questão da modernização do Brasil do final do século XIX, e suas consequências para a população sertaneja. Em sua análise, as transformações ocorridas no país foram mal vistas pelos homens do interior, o que está intimamente ligado ao chamado catolicismo popular:

As populações interioranas crentes nesse catolicismo rústico, mais habituadas a um tipo de dominação tradicional estruturada pelo patriarcalismo, receberam mal os primórdios de uma modernização que as atingiu em vários pontos do país. Essa modernização, que incluía tanto a abertura de estradas de ferro (caso do Contestado) como a instauração da República, alteraria desde os impostos, a moeda, os pesos e medidas, até a instituição do casamento, que deixou de ser um sacramento obrigatório para tornar-se um simples contrato civil, quando a República ordenou a separação entre a Igreja e o Estado.⁴³

A religiosidade no interior era, portanto, um ponto importante da formação do arraial de Canudos e de embates com o Estado republicano. O catolicismo popular é um dos fatores relevantes, conforme a interpretação de Galvão, para se compreender o conflito.

A atuação de Conselheiro no sertão era vista pelas autoridades com certo receio, mas também como vantajosa, por seu caráter de auxílio em obras públicas. Afirma a autora:

Esse lado prático era mais um motivo pelo qual, embora considerassem o Conselheiro perigoso, o acolhiam com favor em diversas localidades por onde passava. Em suma, havia padres que o toleravam por causa das vantagens que a Igreja auferia, e o poder civil apreciava-o enquanto capataz de uma legião de mão-de-obra gratuita. Havia poderosos, religiosos ou leigos, como fazendeiros sertanejos, que tomavam a iniciativa, solicitando ao Conselheiro que viesse trabalhar em seus municípios e freguesias. (...) Futuramente, essa simbiose se

⁴¹ MELLO, 2007, op. cit., p. 82.

⁴² Idem.

⁴³ GALVÃO, 2001, op. cit., p. 30.

desequilibraria e o Conselheiro seria hostilizado tanto pela Igreja como pelo poder civil.⁴⁴

Galvão aborda também os medos acerca de Belo Monte. “Duas das maiores sedes de poder da sociedade brasileira de então havia muito manifestavam seu alarme contra a existência de Canudos: a Igreja Católica e os coronéis (...).”⁴⁵ O barão de Jeremoabo⁴⁶ aparece como personagem relevante na difusão dos medos da elite local:

O poderoso barão foi dos maiores alarmistas a respeito do perigo representado por Canudos, e teve oportunidade, além de tudo o que tramou nos bastidores e publicamente no Parlamento, de escrever dois artigos nos jornais, como vimos, quando mais acesa ia a luta, em que denunciava os canudenses e clamava por seu extermínio.⁴⁷

A autora considera a existência de dois medos importantes em relação a Canudos: o medo que tinha a oligarquia, de perder seus trabalhadores e suas propriedades, e o medo que tinha a Igreja, que via a influência de Conselheiro aumentar a cada dia naquela região dos sertões nordestinos.

A refrega de Masseté (1893) é o primeiro momento de conflito aberto entre os homens de Conselheiro e forças oficiais do estado da Bahia, causado pela queima pública de editais de cobrança de novos impostos republicanos por Conselheiro.

A refrega de Masseté, em 1893, na qual os seguidores de Conselheiro puseram em debandada a força policial, marca o ponto de inflexão em sua trajetória. Foi aí que ele sustou a peregrinação de tantos anos e se estabeleceu em Canudos, no fundo do sertão e no alto de serranias, longe de tudo. Ali instauraria o Belo Monte.⁴⁸

A construção de Canudos teria se iniciado, portanto, após este episódio, que marcou também, segundo Galvão, uma mudança de postura dos conselheiristas, que “alterariam seu comportamento para uma afirmação mais agressiva e menos cordata”⁴⁹.

⁴⁴ Idem, p. 36.

⁴⁵ Idem, p. 55.

⁴⁶ Político importante no Império e na República, Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, era o maior proprietário de terras da região, possuindo 61 fazendas. (GALVÃO, 2001, op. cit., p. 23)

⁴⁷ Idem, p. 56.

⁴⁸ Idem, p. 35.

⁴⁹ Idem, p. 42.

Em 1893, o grupo que seguia Conselheiro se assentou com o líder na fazenda abandonada de Canudos, e ali começou a construção de Belo Monte, a Terra Prometida, em que “corria um rio de leite” e eram “de cuscuz de milho as barrancas”⁵⁰. A intenção era construir uma nova sociedade, que vivesse de acordo com o preceito cristão do amor ao próximo e fosse livre das privações a que aquelas famílias estavam submetidas cotidianamente.

Em *A guerra social de Canudos*, os conselheiristas são tratados por Edmundo Moniz como revolucionários, e o autor afirma categoricamente que Canudos era uma “comunidade socialista”⁵¹. Fortemente influenciado pelo pensamento de Engels, que é citado ao longo do livro, Moniz escreveu uma obra marcada pela defesa da tese de que o arraial de Conselheiro era, em larga medida, a realização dos ideais comunistas. Antônio Conselheiro é exaltado em seu livro como um grande herói sertanejo, um líder que conduziu as massas a sair do estado de exploração em que se encontravam para alcançarem uma vida mais justa e igualitária em Canudos. Leitor de Thomas Morus, conforme o historiador, Conselheiro estaria imbuído de ideias que influenciaram profundamente o pensamento de Karl Marx no século XIX. Não à toa, a comunidade que desejava fundar teria “tendências socialistas”⁵², e as tornaria concretas em sua construção.

De acordo com Walnice Nogueira Galvão, no entanto, não se pode afirmar que Belo Monte foi uma sociedade igualitária. Em primeiro lugar, nem todos os seguidores de Conselheiro eram desprovidos de bens. Muitas famílias de posses liquidavam seus bens e iam juntar-se ao grupo conselheirista. Além disso, havia uma hierarquia interna definida, e especialmente demarcada no arraial. No centro, ficavam as famílias de mais posses, ao redor do qual estavam aglomerados os casebres das mais pobres⁵³.

É importante apontar para outro aspecto de Belo Monte. É equivocado acreditar ser uma comunidade isolada do resto da região em que se localizava, assim como é enganoso colocar todos os proprietários de fazendas em um mesmo grupo de combate aos conselheiristas. Belo Monte mantinha relações comerciais com as cidades mais próximas, e alguns fazendeiros faziam doações para o arraial. Muitas

⁵⁰ MONTEIRO, 2006, op. cit., p. 77.

⁵¹ MONIZ, Edmundo. *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 68.

⁵² Idem, p. 63.

⁵³ GALVÃO, 2001, pp. 43-44.

famílias importantes assistiam às pregações e orações de Antônio Conselheiro, e o chamavam às suas casas se, por algum motivo, não podiam ir até ele⁵⁴. Quanto às relações comerciais, uma das transações feitas veio a desencadear o conflito armado em novembro de 1896.

A proclamação da República, datada de quatro anos antes da fundação de Belo Monte, provocou algumas alterações importantes no Brasil, como os impostos, a moeda, pesos e medidas; mais importante que isso, porém, foi a já mencionada separação entre Estado e Igreja. Com esta providência tomada pela República, a instituição do casamento deixava de ser da esfera religiosa, para ser apenas civil. O sacramento do matrimônio deixava de ser uma obrigação, e tornava-se uma opção. A instituição do casamento civil foi vista como um mal trazido pela República, que passou a ser contestada por Conselheiro, conforme as colocações de Douglas Teixeira Monteiro⁵⁵.

Tensões acentuadas: começam os conflitos armados

Conselheiro, havia muito tempo, estava causando preocupações aos proprietários de terras e clérigos do sertão baiano. Muitos pedidos foram feitos por eles às autoridades competentes para que fossem tomadas providências que neutralizassem a influência que o líder religioso mantinha sobre seus “arrebanhados”.

Um episódio de compra de madeira deflagrou a guerra, dando os motivos para a intervenção armada em Canudos. Por ocasião da construção da chamada Igreja Nova, Antônio Conselheiro comprara em Juazeiro certa quantidade de madeira, já que a caatinga não lhe podia prover a matéria-prima adequada. Efetuado o pagamento, foi acertado o prazo de entrega da mercadoria; findo o prazo, a madeira não havia chegado a Belo Monte. Diz-se que o juiz da cidade, Arlindo Leoni, por inimizade com o líder religioso, teria convencido o comerciante a não fazer a entrega⁵⁶. Seja como for, Antônio Conselheiro decidiu que, para não atrasar a construção da igreja, se necessário ele mesmo e alguns de seus homens iriam até Juazeiro buscar a mercadoria pela qual já haviam pago. O juiz, então, passou uma mensagem ao governador, Luiz Viana, afirmando que os conselheiristas invadiriam

⁵⁴ Idem, p. 31.

⁵⁵ MONTEIRO, 2006, op. cit. p. 74.

⁵⁶ GALVÃO, 2001, op. cit., p. 71.

Juazeiro, e pedindo que ele tomasse as necessárias providências para evitar o assalto à cidade.

Deste modo, organizou-se a Primeira Expedição a Canudos. Haveria mais três depois desta. Do ponto de vista de Edmundo Moniz, “não havia nenhuma razão legal para atacar Canudos com forças da polícia e do exército, caso não se verificasse a agressão contra Juazeiro. A guerra de Canudos iniciou-se ilegalmente e permaneceu ilegal até o fim”⁵⁷.

Rui Facó trouxe em seu livro clássico *Cangaceiros e fanáticos* o argumento de que a luta contra as injustiças sociais e contra o monopólio da terra – motivação fundamental para os sertanejos – foi reduzida ao fanatismo e, mais do que isso, transformada em querela política pelos republicanos. Estes, ansiosos por uma justificativa para o combate a Canudos, teriam criado o pretexto do antirrepublicanismo de Conselheiro para enfrentar seu arraial. É em função do desejo da elite republicana de “ocultar as verdadeiras causas” da insurgência dos sertanejos que surge a ideia amplamente difundida pelo país de Canudos como reduto monarquista. Em suas palavras, “não houve um motivo [para a deflagração do conflito armado]; houve um pretexto.”⁵⁸

O historiador Frederico Pernambuco de Mello, em seu livro *A Guerra Total de Canudos*, intitula o capítulo em que aborda o conflito armado de “Choque de dois mundos”. De fato, o que se passava nos sertões baianos era o encontro de “dois mundos” muito diferentes: o do litoral e o do sertão. Os dois, partes de um mesmo país, ao mesmo tempo pareciam partes de Brasis distintos:

Falar da grande tragédia nacional de Canudos é falar da falha da colonização brasileira que destinou a litoral e sertão trilhas paralelas de desdobramento, dessa incomunicabilidade resultando o fato grotesco de se sentirem estrangeiros o litorâneo e o sertanejo, quando postos em face um do outro.⁵⁹

Este pensamento é recorrente desde Euclides da Cunha, ao conceber sua obra-prima *Os Sertões*, em que expõe que a grande questão de Canudos foi a não-compreensão dos “mestiços neurastênicos do litoral”⁶⁰ sobre os sertanejos. Por isso, de acordo com Cunha, estes teriam exercido um “papel singular de mercenários

⁵⁷ MONIZ, 1978, op. cit., p. 100.

⁵⁸ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 90.

⁵⁹ MELLO, 2007, op. cit., p. 72.

⁶⁰ CUNHA, 2001, op. cit., p. 207.

inconscientes”, culpando a todos, inclusive a si mesmo, pelo desconhecimento sobre os habitantes do sertão que provocou a guerra.

A Primeira Expedição, reunida no começo de novembro de 1896, foi mal-sucedida. Comandados pelo tenente Pires Ferreira, os cerca de 120 homens acamparam em Uauá, para descansar. Alguns habitantes da cidade escaparam furtivamente e avisaram os seguidores de Conselheiro do ataque que ocorreria em breve; depois, voltaram para a cidade e alertaram o resto dos moradores, que saíram de lá rapidamente, deixando o futuro campo de batalha livre para o ataque surpresa dos conselheiristas. Estes atacaram Uauá, na madrugada do dia 21 de novembro, segundo Euclides da Cunha⁶¹.

Neste ataque, os soldados republicanos tiveram dez baixas, enquanto os conselheiristas, cerca de cem; ainda assim, as forças oficiais deixaram os inimigos fugirem, e não atacaram Canudos – pelo contrário, recuaram para Juazeiro. Nas palavras de Walnice N. Galvão, “foi uma estranha vitória (...). E os conselheiristas ganharam fama de invencíveis”⁶².

A Segunda Expedição se armou pouco depois do malogro da primeira. Ainda em fins de novembro, preparava-se o novo ataque a Canudos, desta vez comandado por um major, Febrônio de Brito, e com mais homens, cerca de 200 – metade deles do exército, e metade da polícia. Devido a desentendimentos entre o governador e o general Solon Ribeiro, as ordens dadas para as operações da Segunda Expedição tornaram-se confusas; o general foi destituído, e o major Febrônio, com recursos ampliados, bom armamento – incluindo dois canhões Krupp 7,5 – e contando com 600 homens, marchou até Monte Santo. Nesta localidade, as tropas se demoraram mais do que se poderia esperar, e os conselheiristas tiveram, assim, tempo de serem prevenidos acerca do combate próximo, e de prepararem-se para este fim. Os seguidores de Conselheiro receberam os soldados com tiros nas passagens mais importantes pelas quais estes se aproximariam do arraial, e conseguiram cercá-los. O major Febrônio não viu alternativa e ordenou que recuassem e voltassem a Monte Santo. A Segunda Expedição não tivera melhor resultado do que a primeira.

As tropas oficiais já haviam sido derrotadas por duas vezes, e a guerra preocupava cada vez mais os poderes local e central. Em vista disso, a Terceira

⁶¹ Idem, p. 348.

⁶² GALVÃO, 2001, op. cit., p. 72.

Expedição foi organizada, e contaria com o comando do coronel Moreira César. Partiu em 3 de fevereiro de 1897 rumo à Bahia, e cinco dias depois já tinha reunida toda a expedição, conforme as palavras de Euclides da Cunha⁶³. O coronel Moreira César era um “legítimo discípulo de Floriano Peixoto”⁶⁴, e havia participado da repressão à Revolução Federalista, em que ficou conhecido com a alcunha de “Corta-cabeças” ou “Corta-pescoço”, por degolar os prisioneiros do combate. Sobre ele, afirma Euclides da Cunha:

Ora, de todo o exército, um coronel de infantaria, Antônio Moreira César, era quem parecia haver herdado a tenacidade do grande desbravador de revoltas.

O fetichismo político exigia manipansos de farda.

Escolheram-no para novo ídolo.⁶⁵

As esperanças de finalmente liquidar o arraial de Conselheiro estavam depositadas na figura de Moreira César, homem de “energia selvagem”⁶⁶, ainda de acordo com as expressões do citado e consagrado autor. O coronel dispunha de 1300 homens e de seis canhões Krupp. No dia 3 de março, ordenou, de forma antecipada em relação ao que dissera a seus homens, que comesçassem o ataque. O próprio Moreira César saiu ferido do ataque, e se retirou para receber os devidos cuidados. À noite, no entanto, o temido coronel veio a falecer, e as tropas, ao serem informadas deste fato, bateram em retirada desordenada, abandonando pelo caminho as armas e munições para uma fuga mais ágil. Os homens de Conselheiro viram a retirada como a melhor oportunidade possível para se armarem, e recolheram tudo o que havia sido deixado para trás pelos soldados. A Expedição Moreira César havia fracassado.

Afirma Walnice Nogueira Galvão que até os soldados mortos no combate tiveram utilidade para os conselheiristas:

Penduraram-nos nos garranchos dos arbustos que ladeavam os caminhos de acesso a Canudos, reservando um lugar de honra, mais alto que os outros, numa árvore no sítio chamado Angico, ao coronel Tamarindo⁶⁷. Reconhecíveis pelas fardas e pelos galões ou alamares dourados costurados em dólmãs ou quepes, quando finalmente

⁶³ CUNHA, 2001, op. cit.

⁶⁴ MONIZ, 1978, op. cit., p. 135.

⁶⁵ CUNHA, 2001, op. cit., p. 421.

⁶⁶ Idem, p. 425.

⁶⁷ O coronel Tamarindo substituiu Moreira César no comando do ataque quando este se retirou ferido.

a 4ª Expedição chegou até lá estavam reduzidos a esqueletos e caveiras. Era uma visão tão impressionante que quem a viu dela falou ou a descreveu.⁶⁸

O insucesso da Terceira Expedição resultara numa espécie de Via Ápia sertaneja; desta vez, porém, eram as autoridades que pendiam dos galhos, e não os revoltosos. O malogro da Expedição Moreira César apavorou o país inteiro, e a teoria de que Canudos era uma conspiração monarquista tornou-se mais forte. Afirma Renato Lessa: “O massacre da terceira expedição a Canudos causou, antes de tudo, perplexidade (...). A única explicação plausível era a de cumplicidade dos monarquistas.”⁶⁹

Nas palavras de Frederico Pernambuco de Mello:

Não foi fácil conter a viuvez republicana pela morte de Moreira César. Afinal, o coronel de Pindamonhangaba caprichava no perfil para se converter em novo Floriano, faltando-lhe tão-só o generalato que imaginara arrancar com a cabeça de Antônio Conselheiro.⁷⁰

Ainda de acordo com Pernambuco de Mello, no entendimento do governo republicano era a própria República que lutava nos sertões, representada por seus soldados, o que justificava o abatimento geral que se verificou após a derrota de Moreira César:

Nesse regime híbrido de poder político militarizado e de tropa de linha politizada fica fácil compreender o sentimento de derrota que se apossou da República, como extensão da queda de Moreira César. Em Canudos, era o próprio regime que brigava, metido na farda e de arma na mão. Prudente de Moraes, que acabara de reassumir o poder após licença médica, (...) não consegue, senão com tempo, controlar a agitação das ruas.⁷¹

Marco Antônio Villa, em seu livro *Canudos: o povo da terra*, afirmou sobre esta questão:

Era fundamental para os florianistas, também chamados de jacobinos, agular o fantasma da restauração bragantina, e como não havia nenhum movimento monárquico armado que justificasse a mobilização do Exército, os conselheiristas foram transfigurados em agentes da restauração. De um problema da esfera

⁶⁸ GALVÃO, 2001, op. cit., p. 77.

⁶⁹ LESSA, 1988, op. cit., pp. 82-83.

⁷⁰ MELLO, Frederico Pernambuco de. *A guerra total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007. p. 139.

⁷¹ Idem, p. 138.

regional, circunscrito à região próxima de Canudos, o arraial se transformou em uma questão nacional: a República estava em perigo.⁷²

Renato Lessa também aborda os acontecimentos da Terceira Expedição para tratar dos problemas enfrentados pelo presidente Prudente de Moraes. Após ter se ausentado do governo, por questões de saúde, Prudente de Moraes volta a assumir suas atribuições como presidente da República logo após o “resultado invertido” da expedição de Moreira César:

Assim como o acaso, a má sorte desempenha importante papel na dinâmica dos conflitos. A data escolhida pelo Presidente para reassumir seu mandato e dispensar a heterodoxa lealdade de seu vice foi, justamente, o dia 7.3.1897, no qual chegaram à capital as notícias do massacre da terceira expedição militar enviada para destruir o arraial de Canudos, no sertão baiano. Os jagunços vingaram os catarinenses: entre os massacrados estava o comandante da expedição, coronel Moreira César. Antonio Conselheiro e Moreira César, afastados por séculos de evolução positiva da humanidade, foram protagonistas de um drama de proporções absurdas, com resultado invertido, segundo a lógica positivista. Conselheiro, monarquista e místico, encarnava o que havia de mais típico no estado teológico de evolução da humanidade. Moreira César, verdadeira versão tropical do sábio positivo comteano, a desvendar leis sociais e a sonhar com uma ordem matematizada e sem conflitos. A uni-los, a mesma ética da convicção: a certeza de que eram portadores, cada um a seu modo, das necessidades do tempo. A uni-los, o mesmo destino: derrotados por uma República de bacharéis, avessos a matemáticas e convicções.⁷³

A Quarta Expedição entrou em cena sob o comando do general Artur Oscar, que também era florianista e também atuara na Revolução Federalista. Walnice N. Galvão faz uma colocação interessante acerca desta expedição: a de que ela se apoiou num “tripé tecnológico” propiciado pela Revolução Industrial – o trem, o telégrafo e o jornal⁷⁴.

Esta expedição teve 10 vezes mais homens engajados – foram cerca de 10 a 12 mil combatentes, provenientes das mais diversas regiões do país. Artur Oscar chegou em 21 de março a Queimadas, apenas 3 semanas após o fracasso de Moreira César. Ainda assim, ficou cerca de 3 meses com as tropas paradas, sem dar início à ofensiva, e só alcançou Canudos em 27 de junho de 1897. O general levou mais alguns dias para começar o ataque, que se deu em 18 de julho, e resultou em cerca de mil mortos do lado do exército. O ministro da Guerra foi em pessoa a Monte Santo, em agosto, e junto dele viajava Euclides da Cunha.

⁷² VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995. p. 167.

⁷³ LESSA, 1988, op. cit., p. 82.

⁷⁴ GALVÃO, 2001, op. cit., p. 82.

O exército tinha de lidar com um problema: lutava com uma estratégia convencional, e não apropriada para o tipo de combate que ali estava sendo travado. Os conselheiristas tinham uma tática de guerrilha, e isso lhes dava algumas vantagens, aproveitando os acidentes do terreno e as próprias casas do arraial, dentro das quais, sem serem vistos pelo exército, cavavam fossos de tal forma que podiam lutar sem se expor. Devido às dificuldades em lutar contra adversários “invisíveis”, os soldados afirmavam, de forma a desmoralizar os conselheiristas, que estes eram covardes por não quererem mostrar-se, e combaterem escondidos.

Em 1º de outubro, se deu o combate final. Dois dias depois, Antônio Beatinho, um dos importantes personagens de Belo Monte, saiu do arraial e tentou fazer um acordo de rendição; feita a negociação, voltou para dentro do arraial, e de lá saiu com 300 conselheiristas, que se entregaram às forças do exército. Devido à insistência do tiroteio partindo de Canudos mesmo depois do acordo estabelecido, os 300 rendidos foram degolados. Antônio Beatinho, seus dois companheiros e mais cerca de 800 conselheiristas prisioneiros tiveram o mesmo destino no dia 5 de outubro.

De acordo com Renato Lessa, a vitória republicana não trouxe motivos de glória para o exército, e, pelo contrário, tirou dele a possibilidade de deter o poder republicano:

O Exército, fator de desestabilização de 3/4 do mandato de Prudente, em 1898 sofre, além do encantamento da cooptação, a síndrome de Canudos. O impacto desse espectro sobre o Exército foi captado por Gilberto Amado. Para ele a desmilitarização da República deveu muito a Canudos: “No desprestígio que daquela guerra resultou para o Exército, o poder havia de ficar nas mãos de quem tivesse mais força: São Paulo.” Na verdade, Canudos não deixava alternativa a não ser o sentimento de vergonha, pois após anos de derrotas humilhantes, a vitória final sobre sertanejos famintos e com poucas armas deixou pouco espaço para a glória. A maior mobilização do Exército brasileiro durante a República não figura no calendário de comemorações militares.⁷⁵

É famosa a passagem sobre os momentos finais da Guerra de Canudos, que fecha o livro de Euclides da Cunha, e vale ser mais uma vez destacada:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos, e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

⁷⁵ LESSA, 1988, op. cit., p. 86.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre e profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

(...)

Fotografaram-no [Antônio Conselheiro] depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava afinal extinto aquele terribilíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda (...) apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores...

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura.⁷⁶

Quanto à questão do crânio de Antônio Conselheiro, ressalte-se que os cientificismos em voga à época da guerra imaginavam que pelo estudo desta parte constitutiva do esqueleto poderiam ser identificadas as anomalias como a loucura, e detectados criminosos, os fanáticos, etc. No entanto, as análises feitas por Nina Rodrigues acerca do crânio trazido como sendo de Conselheiro resultaram num diagnóstico que dizia “é, pois, um crânio normal”⁷⁷.

2.4. A cultura política republicana

Afirma Serge Bernstein, em seu artigo “A cultura política”, sobre a definição deste termo, que

Porque a noção é complexa, a sua definição não poderia ser simples. Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas.” Desta definição, reteremos dois fatos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país.⁷⁸

Conforme as reflexões do autor, um dos elementos que formam uma cultura política é uma “leitura comum do passado” para aqueles que dela fazem parte,

⁷⁶ CUNHA, 2001, op. cit., pp. 778-780.

⁷⁷ RODRIGUES, Nina. apud MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Canudos: as crianças do sertão como butim de guerra*. 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro., p. 34.

⁷⁸ BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa : Editorial Estampa, 1998. p. 350.

atribuindo valor positivo ou negativo aos períodos históricos vividos por sua sociedade, e uma “projeção no futuro vivida em conjunto”, com uma “concepção de sociedade ideal” de acordo com “os detentores desta cultura”. Bernstein ressalta ainda que “a cultura política, assim como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro.”⁷⁹

De acordo com Rodrigo Motta, a cultura política tem muitos possíveis vetores; entre eles, a imprensa. Afirma ele que

Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir.⁸⁰

O que será analisado por este trabalho é a ideia de que a Guerra de Canudos, nos jornais, apareceu como uma forma de consolidar a cultura republicana no Brasil, e dois dos mais importantes periódicos que circulavam na capital federal colaboraram para isto. A partir das leituras dos periódicos *Jornal do Brasil* e *O Paiz*, pode-se atribuir a eles uma significativa função de ajudar a veicular em suas páginas um certo tipo de cultura republicana para o Brasil. Estes jornais estavam defendendo veementemente a República brasileira, suas instituições, que estariam a perigo por causa dos seguidores de Antônio Conselheiro – supostos monarquistas prestes a dar um golpe de Estado no país. A República defendida pelos dois periódicos é a que trazia consigo os valores de “ordem e progresso”, que combatia o atraso que a Monarquia provocara no país durante décadas.

Como afirma Motta, nos periódicos se criavam heróis e vilões para uma certa cultura política. No caso da Guerra de Canudos, criava-se a imagem de heroísmo e patriotismo para os soldados e oficiais do exército, bem como para seus apoiadores – homens, mulheres e jovens que, da capital ou de outras cidades, manifestavam seu apoio aos republicanos. Os grandes inimigos da República eram

⁷⁹ Idem, p. 353.

⁸⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 23.

os conselheiristas, conforme exposto pelas mesmas páginas de jornal, homens que buscavam reinstaurar no Brasil o regime monárquico.

Os inimigos e os heróis estavam, portanto, muito bem demarcados nas notícias veiculadas pelos dois jornais da capital federal analisados neste trabalho. Não havia espaço para hesitações na hora de definir qual era o lado a ser apoiado e qual era o lado a ser condenado no conflito dos sertões baianos. Esta guerra era um momento crucial para a República; combater os conselheiristas era proteger os interesses republicanos, e defender a República era defender a própria pátria.

(...) a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis), e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes). Toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo.⁸¹

A República, de acordo com a historiografia mais tradicional, teria sido proclamada quase por uma “insubordinação de caserna”⁸², conforme exposto pela historiadora Maria Teresa Chaves de Mello. A historiadora, no entanto, discorda desta visão, e afirma que a cultura republicana já estava se inserindo no espaço de discussões e reflexões dos intelectuais da capital federal, pelo menos desde a década de 1880:

A cultura democrática e científica foi assimilada especialmente pelos marginalizados ilustrados: intelectuais, políticos, literatos, jornalistas e... militares. A lealdade deles não poderia se orientar para este Estado, para este reino dinástico, o que se revela na disposição de deixar a situação de súditos para viver a plenitude adulta de cidadãos.⁸³

A historiadora, em sua análise, aborda a expressão de Aristides Lobo, famosa em estudos sobre a proclamação da República no Brasil, que afirmava que o povo “assistiu aquilo bestializado”, e discute a historiografia que utiliza esta interpretação, ressaltando que

A historiografia que privilegia a versão do bestializado desvaloriza o que a década de 1880 valorizou: a rua. Ou melhor, desqualificar a proclamação da República é desqualificar a política feita na rua, é não seguir a advertência de Euclides de não confundir a República “com a bela parada de 15 de novembro”.

⁸¹ MOTTA, op. cit., p. 28.

⁸² MELLO, 2004, op. cit.. p. 10.

⁸³ Idem, p. 275.

A república já estava na fôrma da difundida cultura democrática e científica, consciente ou inconscientemente. Uma população **conformada**.⁸⁴

“Conformada” é, no sentido utilizado pela autora, “resignada a uma forma”, “modelada”. Em suas palavras, “a forma da cultura democrática e científica que já ganhara os espíritos na década de 1880.”⁸⁵ A República, quando de sua proclamação, encontrava uma “disposição mental ao novo regime”⁸⁶ A Geração de 1870 tinha como foco a aceleração de um inevitável telos: o progresso e a civilização. O fator que deveria acelerar este fim era a República, e não a Monarquia.

A cultura republicana, que ainda buscava se estabilizar no Brasil de 1897, estava sendo (re)afirmada pelos jornais em suas reportagens sobre a guerra de Canudos. A ideia de que estavam sendo mobilizados “sentimentos”, “valores” e “representações” fica bastante evidente na leitura das notícias, artigos e telegramas relacionados ao conflito, veiculados pelos dois periódicos.

O Jornal do Brasil e *O Paiz* mostravam, em seus escritos sobre o conflito na Bahia, uma imagem patriótica e heroica para os soldados do exército. Ser patriota, como já foi dito, era defender as instituições republicanas contra seus agressores.

A República, que enfrentara revoltas nos seus primeiros anos, tinha em Canudos a chance de criar para seus cidadãos novos heróis e vilões, e associar os últimos ao “atraso monárquico”. Desta forma, consolidava-se como o regime político ideal para o país, utilizando o conflito dos sertões como meio para isto. Modernização era a palavra de ordem; os sertanejos eram o inverso deste ideal.

A historiadora ressalta a importância, em termos de propaganda, desta ligação direta que os republicanos estabeleceram entre a noção de progresso e a de República:

(...) as “ideias novas” criam um solo republicano, especialmente por estarem elas embutidas nos apelos por reformas. Também a conjuntura internacional é-lhes favorável. A imagem do progresso é percebida na modernização dos transportes, e das comunicações, no emprego da eletricidade, na aceleração do ritmo de vida. A ampliação das camadas médias tornou a sociedade mais complexa, mais ilustrada e mais desejosa de participação na vida política.

⁸⁴ Idem, p. 281.

⁸⁵ Idem, p. 280.

⁸⁶ Idem, p. 11.

Uma vitória da propaganda foi assimilar à República o termo democracia e através dele trazer para si as bandeiras progressistas do presente – as “ideias avançadas” – como a da abolição da escravidão. A palavra “república” vinha marcada com o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização ganhando as consciências. Os monarquistas não foram exitosos em impedir que essas marcas se colassem ao termo república, até porque eles mesmos estavam convertidos ao novo repertório intelectual.⁸⁷

Portanto, a relação estabelecida pelos jornais da época do conflito em Canudos entre República e progresso/ evolução, e entre Monarquia e atraso/ retrocesso, já existia desde a década de 1870 na capital, com o pensamento republicano sendo difundido na rua – conforme a interpretação de Maria Teresa Chaves de Mello – entre os “marginalizados intelectuais”. O que a campanha do governo na luta contra Canudos fez, em 1896 e 1897, foi reafirmar esta ideia, amplamente divulgada pelos jornais na capital federal. Entre estes jornais, estavam o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*.

A associação do sertão ao atraso também não era exatamente um fator novo à época de Canudos; desde meados do século XIX, o sertão era visto como um lugar em descompasso com o litoral, perdido no passado e muito aquém das mudanças e avanços da modernidade. O que o conflito na Bahia fez foi criar e enfatizar a relação deste atraso com o suposto desejo de restauração monárquica dos conselheiristas.

A ideia de sertão deve ser entendida como um campo simbólico, conforme as reflexões e apontamentos de René M. da Costa Silva⁸⁸, e não como uma região geograficamente bem definida e objetiva. Este conceito foi construído e revisto ao longo da história do Brasil, desde os tempos da colonização da América Portuguesa, quando significava “lugares não povoados”⁸⁹. No século XIX, o sertão foi objeto de estudos de autores como Saint-Hilaire, que, assim como Euclides da Cunha faria em 1902, descreve o sertão como um lugar de ambiguidades e complexidade ímpar no contexto nacional.

Sobre as interpretações acerca do sertão no século XIX, afirma René M. da Costa Silva:

O sertão, com o vazio que o caracteriza, não é só uma natureza vazia de homens ou de sociedade, mas muito mais do que isso. Caracteriza um espaço no qual a própria humanização, subjugada e diluída por uma natureza sempre mais

⁸⁷ Idem, p. 18.

⁸⁸ SILVA, René M. da Costa. “O não-branco, o sertão e o pensamento social brasileiro”.

PRISMAS: direito, políticas públicas e mundialização. Brasília, v. 3, n. 2, pp. 427-454, jul/dez 2006. p. 435.

⁸⁹ VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 528.

forte, dominadora e absorvente, é insuficiente, é débil. Tal característica equivale, no pensamento social, à própria inviabilidade da civilização. Por outro lado, se o sertão (apesar de todo o vazio e a natureza dominadora) parcialmente se viabiliza, é ainda e sempre pela irreprimível energia do desbravador. Este, todavia, ainda que se entregando a uma luta que, ao mesmo tempo, é antagônica e também simbiótica com o meio (o qual tem uma incomensurável força de absorção), não consegue em geral produzir, por conta disso, mais do que uma “civilização natural”.⁹⁰

Com Euclides da Cunha, se consagra no imaginário brasileiro a ideia de sertão como espaço árido do nordeste, atrasado, retrógrado e afastado do litoral moderno e civilizado. Cunha, em seu livro *Os Sertões*, defende que a Guerra de Canudos jamais teria ocorrido se os “mestiços neurastênicos do litoral”⁹¹ conhecessem o que é a região do sertão baiano onde o conflito aconteceu, e entendessem quem era a gente sertaneja. Não é por acaso que em seu livro podemos identificar um questionamento que percorre suas páginas do início ao fim: onde está a barbárie e onde está a civilização? Os republicanos eram, de fato, os portadores da civilização para os sertanejos, ou o que levaram foi um massacre bárbaro daqueles que eram, na verdade, o genuíno tipo brasileiro?

O sertão foi um espaço geográfico e social importante para a formação da ideia de nação durante a Primeira República. Para além da questão de Canudos, que trouxe o sertão com força para as grandes cidades, em especial a capital, neste período, estava-se repensando o que era o Brasil e quem eram os brasileiros. Entender como o sertão se relacionava com o resto do país, o que significavam esta região e seus habitantes para o Brasil era uma questão fundamental para se poder (re)construir a nação.

No período do conflito de Canudos, alimentou-se a já difundida ideia de que o sertão era o representante geográfico da barbárie e do retrocesso, e o litoral, por sua vez, da civilização e da modernidade. Mais do que isso, criou-se uma ligação entre os sertanejos e o desejo de volta da Monarquia, relacionando também, desta forma, o atraso do sertão ao atraso monárquico.

A cidade do Rio de Janeiro era o ambiente ideal para a disseminação de ideias como as mencionadas acima, de reafirmação da cultura republicana em oposição à monárquica. Como afirma Marialva Barbosa,

(...) a característica mais marcante é seu papel de formadora de opinião. Ao ser representante do país no cenário internacional e, também, pelo seu papel

⁹⁰ SILVA, 2006, op. cit., p. 441.

⁹¹ CUNHA, 2001, op. cit., p. 207.

nacional, torna-se lugar de cruzamento de informações, fonte permanente de notícias.

Acrescente-se a isso o fato de a passagem da Monarquia para a República possibilitar o surgimento de uma nova cultura política (...). Na verdade, os temas abolicionistas e republicanos, desenvolvidos nos periódicos surgidos no decorrer das décadas de 1870 e 80, preparam terreno para um novo jornalismo que seguirá ainda os passos da polêmica até a primeira década do século XX, embora procurasse divulgar cada vez mais a ideia de imparcialidade.⁹²

A cultura política republicana, portanto, encontrava espaço nas páginas de diversos jornais para ser consolidada no país. Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, isto era ainda mais visível e importante do ponto de vista da República. Como afirmou Margarida de Souza Neves, as cidades-capital têm diversas especificidades, e, entre elas, está a de que “assumem, recorrentemente, uma função metonímica”⁹³ em relação ao país. Nas palavras da historiadora,

As cidades-capital são *cenários* nos quais se condensam, de forma eloquente, as angústias, as glórias, os impasses e as esperanças de uma coletividade que vai muito além daquela constituída por seus habitantes. Por isso, e não pela função de capitais político-administrativas que porventura assumam, substantivam a capitalidade, uma vez que são de capital importância para a compreensão da *comunidade imaginada* representada pelo país como um todo.⁹⁴

O Rio de Janeiro era o lugar privilegiado da consolidação da cultura republicana que vinha sendo constituída desde a década de 1870. O episódio de Canudos foi a oportunidade ideal para a realização disto, como já apontado anteriormente, e os jornais eram, para tal, um espaço da maior importância.

⁹² BARBOSA, op. cit., pp. 119-120.

⁹³ NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em *trompe l’oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha”. IN: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 253.

⁹⁴ Idem, p. 254.

3.

“Hoje como sempre!”: o *Jornal do Brasil* e a defesa do governo republicano

3.1.

***Jornal do Brasil*: de monarquista a republicano**

Para analisar as reportagens do *Jornal do Brasil*, é preciso, inicialmente, tratar de forma breve da trajetória do periódico entre sua fundação e o momento da Guerra de Canudos. Isto porque este jornal tem uma característica particular em sua história: há, no período indicado, uma mudança de posicionamento político anunciada por ele.

Inaugurado em 1891, dois anos após a proclamação da República, o *Jornal do Brasil* era um jornal ligado ao pensamento monarquista, fundado por Rodolfo de Souza Dantas. Segundo Nelson Werneck Sodré, foi montado como uma empresa, de maneira sólida, e, ao contrário de muitos periódicos que rapidamente, após serem inaugurados, saíam de cena, este “vinha para durar”⁹⁵.

Por ser um jornal de posição monarquista, quando Deodoro da Fonseca renunciou – momento de crise do governo republicano –, o *Diário Oficial* publicou que “o *Jornal do Brasil*, na primeira campanha de repercussão desde seu aparecimento, contraria frontalmente os interesses da República”. Após crises e alguns ataques em 1892 e 1893, em outubro deste ano, o *Jornal do Brasil* parou de circular. O motivo foi que, em tempos de estado de sítio, decretado por Floriano Peixoto, com a liberdade de imprensa suspensa, este diário se recusou a interromper a publicação de notícias sobre a Revolta da Armada. O governo, então, fechou o jornal, que só voltou a ser publicado em 15 de novembro de 1894, quando Fernando Mendes de Almeida assumiu o cargo de diretor. Neste dia, uma “nova fase” se iniciou, conforme foi apontado pelo próprio diário, anos depois, em 1900. A própria data de fundação do *Jornal do Brasil* passou a ser 15 de novembro, em vez do dia 9 de abril, quando foi inaugurado por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco; passa a haver uma segunda data de fundação do jornal. Simbolicamente, isso

⁹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 294.

demonstra a mudança de posicionamento político do periódico, alinhado, a partir de sua reinauguração, com os ideais republicanos. Como ressalta Marialva Barbosa,

Num processo permanente de autorreferenciação, os jornais aproveitam as datas marco-fundadoras para reconstruir a sua trajetória histórica. Nesse momento, ganham destaque a idealização da profissão, do papel que os jornalistas e os periódicos devem desempenhar na sociedade, a rememoração dos momentos símbolos da publicação, entre dezenas de outras formulações discursivas, com o objetivo de autoinstituir um singular lugar na história.⁹⁶

A “missão” do *Jornal do Brasil* passou a ser, tal e qual a da República, a de promover a ordem e o progresso⁹⁷. Quando, em 1896, se iniciaram os confrontos em Canudos, portanto, o jornal já havia adotado esta postura de apoio à República.

Antes de partir para a análise das reportagens acerca de Canudos, é interessante uma reflexão sobre o que veiculou o *Jornal do Brasil* a 9 de março de 1897, momento crucial da Guerra de Canudos, em que a capital federal havia acabado de receber as notícias sobre a derrota de Moreira César.

O *Jornal do Brasil*, na data acima referida, publicou em sua primeira página uma espécie de autodefesa, garantindo a todos que estava ao lado da República e suas instituições. Intitulado “Hoje como sempre!”, o artigo procurava mostrar à população – e aos “inimigos” do jornal – que este periódico, desde sua reinauguração, sempre defendeu a ordem republicana. Era afirmado, então, que o jornal reconhecia o regime em vigor como legítimo, e que não havia razão para que se duvidasse de seu posicionamento:

Esqueciam-se [os que duvidavam da postura do jornal] de que no seu primeiro número da sua atual fase, o *Jornal do Brasil* ornava a sua primeira página com as homenagens que espontaneamente prestava a Floriano Peixoto, o presidente que findava o seu tempo, e a Prudente de Moraes e Manuel Victorino, a administração que começava; esqueciam-se das solenes demonstrações de pesar que tributamos por ocasião da morte do marechal Floriano; **esqueciam-se de que nos mais difíceis momentos que depois se seguiram, o *Jornal do Brasil* esteve sempre ao lado do governo, e o governo é a República, porque o regime legal é a República, parece que não há dúvida nisso!**

(...)

Porventura não é do nosso programa, apresentado francamente e sem ambages, desde 1894, sustentar o governo legal e as instituições, tais quais as encontramos?

(...)

“O que é injusto, exclamou o nosso companheiro, é que haja alguém, ainda, que precise que da redação do *Jornal do Brasil* gritem da janela o que estão a dizer a todo o momento os esforços deste jornal pelo bem do povo, pela moralidade da

⁹⁶ BARBOSA, op. cit., p. 130.

⁹⁷ Idem, p. 134.

administração, pelo bem da Pátria: Viva a República! Pois bem; se há ainda quem duvide: **Viva a República!**”

(...)

Hoje, como desde que iniciou a sua fase atual, o Jornal do Brasil coloca-se franca e lealmente em defesa da Lei e ao lado do Governo da República.⁹⁸

Portanto, o *Jornal do Brasil* definia para si mesmo um posicionamento republicano, de defesa do governo que afirmava considerar legítimo. Reiterava, neste texto, que, desde o início de sua nova fase, sempre esteve ao lado dos interesses da República, que se confundiam com os da própria Pátria. O que este capítulo procura analisar é *se e como* esta anunciada postura republicana do jornal aparece nas reportagens nele publicadas sobre os acontecimentos em Canudos.

3.2.

O apoio do *Jornal do Brasil* à República durante a Guerra de Canudos

Em suas reportagens acerca dos conflitos no sertão baiano, o *Jornal do Brasil* deixava claro o seu apoio à causa republicana em diversos momentos. A posição do jornal, defendendo o fim do arraial de Canudos e a vitória das forças oficiais se mostrava de forma sutil nos pronomes utilizados pelo periódico para tratar do tema. O conjunto dos soldados brasileiros – “**nossos** soldados”⁹⁹ – formava, por exemplo, as “**nossas** heroicas tropas”¹⁰⁰, “**nossa** infantaria”¹⁰¹, de acordo com o jornal. O exército republicano era o “**nosso** exército”¹⁰²; a “alma republicana”, ferida com as derrotas sofridas pelas primeiras três expedições a Canudos, a “**nossa** alma”¹⁰³. A utilização do pronome na primeira pessoa do plural ajudava a criar nos leitores do jornal um sentimento de pertença à República, e, portanto, reforçava a cultura republicana que ainda estava se enraizando no país.

O *Jornal do Brasil*, destacando os heróis da nação – que eram os heróis da República – enfatiza a todo o tempo o quanto os soldados que lutavam na Bahia eram bravos, corajosos, valorosos. Ao referir-se a eles, o periódico constantemente utilizava adjetivos como estes, para que os seus leitores os vissem como a

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁰⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁰¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁰² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁰³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1897. p. 1.

representação do mais alto ideal de cidadão, verdadeiros modelos de honra e patriotismo, legítimos “servidores da República”¹⁰⁴. Suas vidas eram retratadas como “preciosas” para o país, e seus atos descritos como extremamente heroicos e valentes. O trecho abaixo ilustra bem esta ideia. Tratando das condições em que combatiam as forças oficiais, afirmou o jornal:

O **nosso valente exército**, arrostando todas as privações, fazendo os maiores sacrifícios e praticando **atos de verdadeiro heroísmo**, luta tenazmente contra a horda de fanáticos que surgem de todos os pontos, pondo em perigo tantas **vidas preciosas** para a República e que nos sertões da Bahia se batem pela defesa das instituições.

Os quinhentos jagunços que se dizia haver em Canudos decuplicaram-se e para exterminá-los de uma vez, para restabelecer a ordem pública de que tanto carecemos, é que **os nossos bravos soldados lá se batem com extraordinário heroísmo**.¹⁰⁵

O exército era sempre apresentado pelo periódico como heroico e valente; era ele o “glorioso exército nacional”¹⁰⁶; ao mesmo tempo, desde quase o início da cobertura do jornal aos acontecimentos na Bahia, os conselheiristas eram apontados como “fanáticos”, suas ações como “banditismo”, e a urgência em derrotá-los era amplamente anunciada pelo periódico. Canudos era um “antro hediondo”¹⁰⁷ que deveria ser exterminado a todo custo. No dia 1º de fevereiro de 1897, na coluna dos telegramas, foi afirmado categoricamente que “Apesar de tudo, é urgente a liquidação de Canudos”¹⁰⁸. Dois dias depois, no noticiário do periódico, estava publicado o seguinte:

(...) consta-nos que as instruções que leva do governo o senhor coronel Moreira César são bastante enérgicas e práticas, havendo toda a possibilidade de, depois de organizar e concentrar no estado da Bahia toda a sua brigada, poder, dando um combate decisivo, **aniquilar todos os elementos de Antônio Conselheiro**.¹⁰⁹

Conselheiro era, portanto, analisado pelo jornal como um mal a ser combatido – e, mais do que isso, aniquilado – pelo exército, e seus homens são caracterizados como “fanáticos”, “bandidos”, “paladinos da restauração

¹⁰⁴ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 out. 1897. p. 1.

¹⁰⁵ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1897. p. 1.

¹⁰⁶ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1897. p. 1.

¹⁰⁷ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 out. 1897. p. 1.

¹⁰⁸ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1897. p. 1.

¹⁰⁹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 fev. 1897. p. 1.

monárquica”¹¹⁰, contrários em tudo à ordem republicana, pessoas para quem os soldados da República estariam levando a civilização. Por isso mesmo, estes são os grandes heróis brasileiros, que se sacrificavam pelo bem da pátria, lutando contra os conselheiristas. O trecho a seguir, de 8 de março de 1897, escrito por um colaborador do jornal identificado apenas como Márcio¹¹¹, ilustra bem este ponto.

(...) foi lamentável que uma **agremiação de bandidos e de fanáticos** pudesse levar vantagem, embora só pelo número, do exército federal, sacrificando assim tão **generosas vidas** como a dos oficiais brasileiros que dirigiam a operação contra esses **inimigos da ordem e do direito**.¹¹²

As palavras de Márcio se referem ao momento imediatamente posterior à já mencionada derrota da expedição liderada por Moreira César, em quem o governo federal depositava suas esperanças de liquidar com o arraial de Canudos e seus homens. Este fora escolhido como “novo ídolo”¹¹³; o malogro de sua expedição levou à capital federal o medo dos jagunços de Conselheiro, que haviam vencido a maior esperança republicana, o líder militar que já defendera os ideais do governo à época da Revolução Federalista. Portanto, o desfecho da terceira expedição foi um “inesperado fracasso”¹¹⁴. Seu fim trágico – do ponto de vista republicano –, com Moreira César morto e uma retirada às pressas das tropas, instalou um grande medo na capital federal de que os conselheiristas poderiam ser bem-sucedidos em seus supostos planos de reinstaurar o regime monárquico no país.

Os seguidores de Conselheiro são chamados de “inimigos da ordem e do direito” por Márcio; assim sendo, eram inimigos da ordem e do direito *republicanos*, e o combate e fim do arraial de Canudos era, portanto, urgente – como o jornal afirmou muitas vezes – para a manutenção do regime. Não por acaso, o jornal, na seção de telegramas, intitula um deles, sobre a derrota de Moreira César, de “O desastre na Bahia”, já que, para os republicanos, a vitória dos conselheiristas sobre as forças do governo poderia arruinar a República no Brasil.

¹¹⁰ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1897. p. 1.

¹¹¹ Márcio, como é chamado o colaborador do *Jornal do Brasil*, aparece em diversas edições do periódico, assinando uma coluna intitulada “Semana Política”, destacada na primeira página.

¹¹² **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹¹³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 421.

¹¹⁴ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1897. p. 1.

O malogro da expedição de Moreira César foi tão inesperado pelo governo que o mesmo colonista mencionou inclusive a possibilidade de ajuda externa de outros “inimigos da República” aos conselheiristas:

Será possível que o assassinato dos nossos briosos concidadãos das forças federais (...) fosse devido só à avalanche numérica que atirou-se contra o bravo (...) do exército que patrioticamente ia tranquilizar o povo dos sertões, vítima da propaganda terrível que Conselheiro dirigia?

Não haverá espíritos malignos, inimigos da Pátria, com intenções demolidoras de nossa tranquilidade, destruidoras do crédito nacional, **ligados a esses ignóbeis fanáticos?**¹¹⁵

Ressalte-se aqui que o texto aborda o exército como o portador da paz para os sertões, como destacado no trecho acima. Os soldados, imbuídos do sentimento patriótico, levavam consigo para a região de Canudos a civilização e a tranquilidade, perdidas por conta da “propaganda que Conselheiro dirigia”. O que o exército estava indo fazer no sertão era, portanto, um bem às vítimas da pregação do líder fanático e monarquista; sua missão era a “dignificação da Pátria”¹¹⁶.

Auxiliar os conselheiristas, como o jornal publicou alguns dias depois, era um crime de “lesa-patriotismo” que, mais do que a República, destruiria a própria Pátria. Neste sentido, o *Jornal do Brasil* associa patriotismo ao apoio à campanha movida pelo governo para combater e liquidar o arraial de Conselheiro.

(...) começou ontem o alistamento voluntário para preenchimento dos quadros do exército; e de toda a parte, nos arsenais, nas repartições anexas, o movimento acelera-se para que quanto antes se congregue no Estado da Bahia a força necessária para esmagar o banditismo fanático que **maus brasileiros talvez auxiliam, sem avaliar o crime de lesa-patriotismo** que com a intenção de ferir a República **fulminaria a Pátria**.¹¹⁷

Márcio afirmou, muito categórico, que a falta de planejamento das operações em Canudos foi causa da morte dos soldados do exército, e que isto exigia reparação; este fato “clama vingança”¹¹⁸. Ele finaliza seu artigo com uma exortação aos republicanos:

(...) curvemos entristecidos a fronte ante os cadáveres dos heróis que sacrificaram sua vida pela dignificação da Pátria...

Um momento de lutooso cismar em homenagem à sua memória...

¹¹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ *Jornal do Brasil*, 12 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹¹⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1897. p. 1.

Levantemo-nos agora firmes e resolutos. **Vinguemos** condignamente os nossos cidadãos!”¹¹⁹

De forma muito incisiva, o jornal tratava a vitória republicana sobre Canudos como vingança a partir do fracasso da expedição Moreira César, quando afirmou:

(...) está o povo convencido de que o governo acha-se disposto a agir com a maior energia para vingar os nossos irmãos mortos.

Esperem os brasileiros, que **a desforra será tremenda.**

Aguardemos calmos a vitória certa das forças nacionais.¹²⁰

A vitória republicana em Canudos era, portanto, quase uma “questão de honra”; era preciso *vingar* os soldados mortos em combate. De acordo com o texto de Márcio, cidadãos eram os membros do exército republicano, e não os homens e mulheres que seguiam Antônio Conselheiro nos sertões baianos. Criava-se, assim, no discurso veiculado pelo *Jornal do Brasil*, um abismo entre os conselheiristas e os “dignos cidadãos” brasileiros.

As notícias sobre a terceira expedição a Canudos foram descritas pelo telegrama do correspondente do *Jornal do Brasil* na Bahia como “os boatos aterradores sobre Canudos”, que se confirmaram no dia 08/03/1897. O telegrama foi publicado pelo jornal dois dias depois, e caracteriza o episódio como “lamentável desastre” e “triste notícia”, que teria deixado a população baiana profundamente consternada. O jornal criava, assim, uma ideia de que o povo em geral apoiava a causa republicana.

Infelizmente estão confirmados os boatos aterradores sobre Canudos. O governo recebeu confirmação oficial narrando o lamentável desastre das forças legais.

Causou enorme e sincero pesar na população esta triste notícia.¹²¹

Por ocasião desta derrota sofrida pelo exército, o *Jornal do Brasil* traz em sua primeira página da edição do dia 10 de março a manchete “A República chora seus filhos mortos”¹²²; a carga emocional desta frase é mais um elemento que demonstra o posicionamento político do periódico neste conflito. Assim, a República, “mãe” amorosa dos brasileiros, lamentava profundamente a morte de

¹¹⁹ Idem. (grifos meus)

¹²⁰ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

soldados do exército, que pereceram em sua defesa, “nos desfiladeiros de Canudos, contra os fanáticos de Antônio Conselheiro”¹²³.

3.3.

Fanatismo, atraso e barbárie X ordem, progresso e civilização: o embate entre a Monarquia e a República

Na edição de 15 de março de 1897, o jornal publicou a seguinte notícia:

Realizou-se no sábado, no Theatro Municipal, o anunciado meeting com o fim de organizar-se um batalhão patriótico que concorra com seu auxílio, para a obra que se projeta: **tornar imperecível a República, tão atacada ultimamente pelos seus adversários.**

(...)

Pediu a palavra o dr. Paulino Camarinha, jovem advogado do nosso foro e sentimos não poder apresentar na íntegra o teor do seu belo e patriótico discurso.

(...)

Mostrou em eloquentes frases que a nossa alma fora invadida pela dor e pela saudade, que o coração da Pátria republicana havia sido ferido bem fundo e que o nosso pavilhão, entregue à guarda do glorioso exército nacional com as coroas de louros, pendentes de suas lanças, símbolo de tantas vitórias, achavam envoltos no funéreo crepe que compunge, mas não aterra, que fala alto ao sentimento da humanidade e à caridade mas não destrói a fé inabalável e a esperança indestrutível na vitória da República.

Mostrou que nos sertões da Bahia se mata, se degola e se trucidada em nome de Deus e da religião!¹²⁴

Os conselheiristas, de acordo com o jornal, eram fanáticos, bandidos, corruptores da ordem republicana e da civilização. Por isso, o *Jornal do Brasil* fez afirmações bastante contundentes acerca de Canudos e dos conselheiristas, como a seguinte: “São bandidos, absolutamente fora da lei, e o castigo que devem receber deverá ser exemplar. Mais uma vez, pêsames ao exército, à República e à civilização.”¹²⁵ A própria civilização estava de luto, uma vez que os valores republicanos se associavam diretamente a ela.

Neste sentido, o jornal tratava os conselheiristas como representantes da criminalidade e da barbárie, que deveriam ser eliminadas pela civilização – claramente, a República. Exemplo disso é a edição do dia 10 de março, em que o periódico afirmou que João Abade, “braço direito” do líder religioso, tinha por característica a perversidade, e uma vida criminosa que começou muito cedo:

¹²³ Idem.

¹²⁴ *Jornal do Brasil*, 15 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹²⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1897. p. 1.

Segundo foi referido aos nossos colegas da Notícia, por pessoa conhecedora da história do famigerado Antônio Conselheiro, o braço direito deste é um caboclo de cerca de 43 anos, chamado João Abade, de valentia igual à perversidade que o caracteriza, e réu de diversos crimes, dos quais o primeiro cometido com a idade de apenas 12 anos.¹²⁶

Canudos trazia preocupações ao Rio de Janeiro pelas consequências para a República da existência do arraial e das derrotas sofridas pelo exército, conforme exposto no parágrafo abaixo, de abril de 1897:

Cambaio e Uauá, que representavam o fracasso de simples diligências policiais adquiriram, por força dos acontecimentos, o caráter de verdadeiros reconhecimentos militares, levados a efeito de viva força, afim de se poder avaliar e conhecer as condições e situação do inimigo para se poder planejar um ataque em regra: Canudos, que devia ser um epílogo de comédia, tornou-se doloroso entreto de sanguinolenta tragédia, que menos nos comove pelos claros que se abriram nas fileiras do exército, que pelas consequências funestas que daí podem advir para o brilho das nossas armas.

(...) respingando fatos e tirando ilações dos acontecimentos que precederam o desastre da última expedição, iremos procurando, de conta própria, firmar juízo de modo a guiar a opinião para fora de um ambiente de dúvidas que **podem afetar a honra da nossa farda, como o crédito e segurança da República.**¹²⁷

De acordo com o jornal, o governo estaria fazendo o possível para defender as instituições republicanas, cumprindo, assim, a vontade da nação, que teria escolhido o regime por sua própria vontade. Os conselheiristas eram apontados como “malfeitores”, supostamente tentando acabar com a República brasileira e instaurar novamente o atraso monárquico. Por isso, deveriam receber uma punição severa e “exemplar”, conforme as palavras do periódico:

Estão sendo aparelhados, com a possível rapidez, os elementos de ação para reprimir exemplarmente os malfeitores que assolam o norte da República.

As instituições, felizmente consignadas na Constituição de 24 de fevereiro, hão de manter-se, custe o que custar, porque elas representam a forma de governo que a Nação escolheu.¹²⁸

No momento em que este trecho foi escrito, havia acabado de correr pela capital federal a notícia da derrota da expedição liderada pelo coronel Moreira César, já citada anteriormente, vista como uma tragédia para o regime republicano. O arraial de Canudos passava, então, a ser visto e tratado no periódico como local dos reacionários que não aceitaram o progresso trazido pela República para o país:

¹²⁶ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1897. p. 1.

¹²⁷ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹²⁸ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1897. p. 1.

Canudos fora o **derradeiro reduto em que se encastelara o espírito reacionário**. Batido nas cidades, corrido do litoral, levado de derrota em derrota, por toda a parte vencido e aniquilado por todos os meios, corporificara-se no fanatismo sanguinário que começou a ulular nos altos sertões baianos (...). Era a selva destruindo o homem; era a barbárie avassalando a civilização.

Mas **o progresso não caminha para trás**: a vida não poderá tornar mais ao estado primitivo. E as liberdades que temos conquistado em um século de lutas não poderiam mais conduzir-nos à servidão.¹²⁹

“O progresso não caminha para trás”; de acordo com o periódico, o Brasil, que estava trilhando desde 1889 o caminho do progresso republicano, não poderia voltar a ser uma Monarquia. A República, associada ao progresso e à civilização, estaria lutando, ao combater Canudos, contra os últimos redutos de atraso e barbárie existentes no Brasil transformado pelo novo regime. Mais do que isso, era tarefa dos soldados republicanos levar a ordem aos sertões baianos, como é afirmado no seguinte trecho do jornal:

Os tristes sucessos dos sertões da Bahia, tornados a preocupação constante de todas as horas, a paixão dominante de todos os corações bem formados, parecem ter entrado em uma nova fase, sob os melhores auspícios, convencidos como estão todos de que as medidas governamentais devem ter sido cercadas das mais seguras precauções, e havendo tudo a esperar da nova expedição que, com os poderosos elementos de que dispõe, **levará com certeza a ordem àqueles pontos convulsionados**, procurando pela tática, pela rapidez dos movimentos e pela bravura dos ataques, poupar o mais possível o sacrifício de vidas que tão preciosas são à defesa nacional.¹³⁰

A ideia de que o exército republicano levaria ao sertão a civilização, a ordem e o progresso fica ainda mais evidente no trecho a seguir; o jornal afirmava que os homens da infantaria que vinham do norte se tornavam menos incultos e primitivos, pelo contato com a população do litoral – associada à civilização e à cultura, e, portanto, à própria República.

A nossa infantaria, composta em sua grande maioria de filhos do norte e estes procedentes do centro, leva para as atuais operações de guerra um mal ingênito, o mesmo que, fazendo dos seus irmãos de origem um inimigo, tem apenas perdido, pelo contágio com as populações cultas do litoral, a sua intensidade primitiva, um espírito inculto, infantil, sempre pronto para fazer-se eco das crenças e abusões propagandas pela ingenuidade de uns e pela esperteza mal intencionada de outros.¹³¹

¹²⁹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 jul. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹³⁰ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹³¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1897. p. 1.

O jornal afirmava que apoiava a República, defendida pelo exército, e esperava o sucesso de sua campanha: “Fazemos votos pela causa da liberdade, pela causa da República que o nosso exército tão brilhantemente defende.”¹³² O exército estava envolvido, conforme as palavras do *Jornal do Brasil*, em uma luta pela liberdade, que o periódico, dando maior veemência e dramaticidade à ideia, chamou de “cruzada”:

Salve! guerreiros ilustres de mais uma cruzada em prol das nossas liberdades! Em vós todos que voltardes sentir-se-á palpitar, vívido e altivo, o coração do povo, que há de ser sempre grande e forte, generoso e bom! De todos vós que tombastes, a pátria enxugará o sangue, a pátria – o grande coração que há de recolhê-lo maternalmente, com ele revivendo e em sua própria vida eternizando o vosso nome!¹³³

Ainda nesta edição, os soldados são tratados como heróis nacionais, que, em meio às adversidades trazidas pelo sertão para o combate aos “fanáticos”, lutavam para defender os ideais republicanos, e para “vingar” o sangue derramado pelos outros membros do exército que tentaram o mesmo e pereceram nas batalhas. A ação dos conselheiristas era constantemente caracterizada no *Jornal do Brasil* como traiçoeira, indigna, covarde. O exército, pelo contrário, sempre demonstrava sua bravura e honra:

O exército brasileiro havia de vingar fatalmente o sacrifício estoico dos nossos irmãos queridos, **ali imolados incauta e traiçoeiramente nos primeiros combates desiguais**. Arthur Oscar, o general intrépido, contando em cada um dos seus companheiros acima de um soldado um patriota, nunca arrefeceu na fé entusiástica e nobre com que a todos afirmava que havia de vencer, custasse o que custasse! E, a esta hora, **cobertos de glória, esses heróis** mais uma vez acabam de restituir a paz à nossa terra estremecida.¹³⁴

O *Jornal do Brasil*, em diversos momentos, foi bastante enfático ao afirmar que o fim do conflito em Canudos com a vitória das forças do governo era fundamental para a manutenção da ordem e instituições republicanas. Havia risco para “nosso crédito no exterior”¹³⁵, caso a “rebelião que arde nos sertões da Bahia” não fosse devidamente reprimida. Assim, o arraial de Conselheiro é apontado pelo periódico como um perigo iminente à República no Brasil:

¹³² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1897. p. 1.

¹³³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1897. p. 1.

¹³⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jul. 1897. p. 1. . (grifos meus)

¹³⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1897. p. 1.

Damos hoje à estampa uma planta topográfica da zona em que campeia, ousada e atrevida, a reca de bandidos capitaneados por João Abade e outros asseclas de Antônio Conselheiro, o taumaturgo, que fez da ignorância das populações sertanejas da Bahia, Pernambuco e Piauí e do instinto mau dos réprobos da sociedade a chave potente que ameaçadora se ergue contra a ordem e tranquilidades públicas e, quiçá, contra as próprias instituições.¹³⁶

A edição de que foi retirado o trecho acima traz um mapa da região do sertão baiano em que se localiza Canudos, para dar aos leitores uma compreensão melhor dos acontecimentos. Segundo o jornal, como se pode observar no parágrafo supracitado, os conselheiristas eram ameaças à ordem pública, e às instituições republicanas, devendo o governo combatê-los com a máxima urgência e confiante na vitória da República.

O jornal buscou marcar sua confiança na vitória governista em diversas passagens de suas reportagens sobre o assunto, como pode ser observado no trecho seguinte, de 10 de março de 1897: “Terminando esta notícia, não podemos deixar de aconselhar a maior calma ao povo, que deve ter toda a confiança nas providências do governo, forte (...) para avassalar os inimigos da República.”¹³⁷

A mesma ideia pode ser encontrada no trecho abaixo, do momento em que seguia para Canudos a expedição de Arthur Oscar. Conforme suas palavras, os jovens e heroicos soldados que rumavam para o sertão estavam dispostos a dar seu sangue – e em dá-lo a jorros – e suas vidas pela causa republicana:

Confiantes, aguardamos a vitória final das armas republicanas, e, se para purificar-nos para o gozo tranquilo das instituições que hão de fazer forte e poderosa a Pátria amada, for preciso mais sangue, não será por isso que a República se verá abatida, pois muita glória teremos, nós que sabemos amá-la, em dá-lo a jorros, guiados pelos seus sagrados símbolos.¹³⁸

Há ainda outro trecho significativo neste sentido:

Que a República saíria vencedora de mais esse prélio lutuoso; que **o exército brasileiro escreveria mais uma página brilhante nos fastos dos nossos heroísmos, nunca duvidamos**. A nossa história é curta, mas basta para encher-nos de orgulho. Os nossos feitos poderão ser registrados ao lado dos mais belos rasgos que a tradição guardou. E as maiores conquistas do direito, nós as temos alcançado com uma rapidez vertiginosa, que tem enchido de assombro o mundo civilizado.¹³⁹

¹³⁶ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1897. p. 1

¹³⁷ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1897. p. 1.

¹³⁸ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1897. p. 1.

¹³⁹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 jul. 1897. p. 1.

O que se observa neste trecho é que o jornal procurava reforçar uma postura de apoio ao governo, e de confiança plena nas instituições republicanas. É entusiástica a forma como o periódico se refere aos soldados, aos oficiais do exército, e à própria República, como se entendesse ser sua função incentivar as forças legais em sua empreitada pelo sertão após três expedições mal sucedidas. Com este espírito, o *Jornal do Brasil* publicou as seguintes palavras:

Salve! soldados da República!

Vós acabastes de mais uma vez provar que a nossa fé não é uma virtualha, é uma bandeira; não é uma alucinação, é um credo.

E hoje, como ontem, como amanhã, se for preciso, haveis de sempre e sempre sustentar o dogma patriótico de que no Brasil – a República é invencível!¹⁴⁰

Portanto, mesmo com a derrota de três expedições, a vitória da República era vista como certa e inevitável; a República era “invencível”. Era apenas uma questão de tempo que ela saísse vitoriosa.

A vitória sobre os conselheiristas se fazia necessária, e o quanto antes, de acordo com o *Jornal do Brasil*. Era anunciado a 9 de agosto de 1897 o perigo de que o exemplo de Canudos se espalhasse pelo país, levando a outras rebeliões semelhantes, e provocando um estado de anarquia e aumentando as chances de retrocesso do Brasil:

E em Canudos, não há espírito superior que não veja um exemplo que convém evitar que se reproduza, como se reproduzirá fatalmente em outros pontos, se uma ação, antes hábil e enérgica do que violenta e tardia do governo não se fizer sentir por todas as zonas em que as convulsões se preparam lentamente, levando a esperança, se não a convicção, de que os direitos dos cidadãos e mesmo as suas propriedades não tardarão a ser garantidas ampla e verdadeiramente.

(...)

Animados pelas dificuldades que têm encontrado a bravura provada e o heroísmo resignado de grande parte o nosso exército em aniquilar o fanatismo encastelado barbaramente nas escarpas baianas, **facções partidárias dos outros sertões, agitadas por ódios acirrados e pelo ostracismo impaciente de alguns anos, não se demorarão em querer imitá-lo**; e de armas na mão anarquizarão as povoações em que não puderam usar até então do voto nas batalhas eleitorais. E teremos as cenas ltuosas (...) no Maranhão, e os morticínios de Xique-Xique, dos dois últimos anos da monarquia, e os dramas sangrentos de Boa Vista do Tocantins, ainda hoje mal extintos; e outras sedições tão difíceis de combater quanto maior certeza tiverem os seus promotores da sua quase impossível e penosa repressão. E desses exaltamentos virão surgindo as ideias mais subversivas e mais extravagantes, que não custarão a encontrar adeptos e perversos instrumentos não faltaram ao fantasma imbecil que a estas horas ainda zomba talvez das forças republicanas (...) ¹⁴¹

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1897. p. 1. (grifos meus)

É interessante notar que o *Jornal do Brasil*, em julho de 1897, deu voz a uma comparação também feita por Euclides da Cunha no *Estado de São Paulo*. Cunha analisou Canudos como uma nova Revolta da Vendeia, em um artigo publicado com o título “A nossa Vendeia”.

Nas palavras do *Jornal do Brasil*:

Não se iluda imprevidentemente o governo, nem esperem sôfregos a vitória aqueles que com olhos amigos acompanham as forças republicanas que se batem nos sertões da Bahia.

Não se trata mais de reprimir pela força uma malta de bandoleiros, insuflada pelo cérebro enfermiço de um fanático ignorante.

O que se está passando algures é alguma coisa semelhante à insurreição realista do oeste da França: na Vendeia, no Malue, no Anjou e na Bretanha, durante o período de lutas intestinas da primeira república; o jagunço de hoje é o chouan de outrora, do mesmo modo que atrás da figura hirsuta do ascético Antônio Conselheiro se escondem todos os Jean Cottureau, que, como a chouette noturna, lançam já nas trevas o pão agoureiro que anuncia dias de privação para a República.¹⁴²

Em agosto, o jornal voltava a fazer a comparação, inclusive utilizando-a para desmerecer o arraial de Conselheiro, chamando-o de “Vendéia ridícula dos fanáticos”, afirmando novamente a necessidade de exterminar os conselheiristas e estabilizar, de forma definitiva, a República como regime de governo do Brasil:

A nossa missão deve ser mais nobre e muito mais patriótica; e todo o nosso esforço hoje constitui em dois grandes e urgentes ideais: exterminar de uma vez a Vendeia ridícula dos fanáticos que cruamente assola os nossos sertões e firmar para sempre as instituições republicanas, para que as nossas fronteiras não se tornem pouco a pouco a gargalheira corrediça que, atentando pela nossa incapacidade diplomática contra a integridade do nosso território, vão pouco a pouco estrangulando os nossos direitos continentais da asfixia lenta das nossas liberdades públicas.¹⁴³

Em relação a esta comparação, escrevendo em São Paulo, Euclides da Cunha publicou dois artigos acerca do conflito, ambos intitulados “A nossa Vendeia”, como mencionado. Nestes artigos, ele defendeu explicitamente a ideia de que Canudos era um arraial dedicado ao retorno da Monarquia no país. Categórico, Euclides da Cunha afirmou que Antônio Conselheiro era o “mais sério inimigo das forças republicanas”¹⁴⁴.

¹⁴² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1897. p. 1.

¹⁴³ *Jornal do Brasil*, 10 ago. 1897. p. 1.

¹⁴⁴ CUNHA, Euclides. “A nossa Vendeia”. IN: ANDRADE, 1994, op. cit., p. 67.

Cunha tratou o tema de Canudos defendendo a ideia de que este conflito era um embate entre a República e sertanejos fanáticos, seus inimigos, tal como foi o episódio da Vendeia¹⁴⁵ para a Revolução Francesa. Esta comparação está explícita no título de seu texto, e o autor buscou justificá-la ao longo de sua exposição. Não apenas o conteúdo e motivação dos dois conflitos são semelhantes, como também a proximidade entre o homem (o *chouan* e o sertanejo) e a terra em que vive (charnecas e sertão) aparece em ambos, conforme a análise euclidiana.

A relação entre a Vendeia e as características do conflito em Canudos se expressa claramente, em suas palavras, no seguinte trecho:

O homem e o solo justificam assim e algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império.

A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O chouan fervorosamente crente ou o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam o pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.

A justeza do paralelo estende-se aos próprios revezes sofridos. A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia - heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas...

Entre nós o terreno, como vimos, sob um outro aspecto embora, presta-se aos mesmos fins.

Este paralelo será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante desta última prova.¹⁴⁶

O *Jornal do Brasil* parece ter a mesma interpretação dos acontecimentos, como pode ser verificado no trecho anteriormente citado, em que as mesmas comparações entre a Vendeia e Canudos aparecem.

A República tinha em Antônio Conselheiro e seus homens um grande inimigo, segundo o periódico, como mencionado, inimigo este que vinha “fazendo a infelicidade da pátria”¹⁴⁷. Os seguidores de Conselheiro formavam um grupo que procurava restaurar a ordem monárquica, que fora derrubada pela República; daí a

¹⁴⁵ A Revolta da Vendeia é um conhecido episódio da história da Revolução Francesa, em que camponeses, clérigos e monarquistas tentaram impedir a implementação do regime republicano pelos revolucionários e restaurar a Monarquia na França.

¹⁴⁶ ANDRADE, 1994, op. cit., p. 70.

¹⁴⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1897. p. 1.

comparação com o episódio da Vendeia, que o *Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* veicularam em suas páginas. Os conselheiristas eram

todos em suma que veem na obediência às leis sociais um atentado contra a anarquia, e aí tereis o exército da restauração, com o qual se pretende fazer ruir por terra o novo edifício para reconstruí-lo pelos moldes extintos antes de 15 de novembro de 1889!¹⁴⁸

3.4.

A vitória do “progresso” republicano sobre o “atraso” monárquico

A vitória do governo nos sertões da Bahia se deu entre o final de setembro e o início de outubro de 1897, com o sucesso da quarta expedição, liderada por Arthur Oscar.

A notícia teve enorme espaço na edição de 7 de outubro de 1897. A forma como o jornal se refere à derrota dos conselheiristas é de comemoração. A manchete principal deste dia é “A vitória”. Há estampada na primeira página do jornal uma imagem do general Arthur Oscar, e, logo abaixo, a expressão “o vencedor de Canudos”. O general era, assim, elevado à categoria de herói e salvador da República. O *Jornal do Brasil* expressa uma grande satisfação em poder noticiar a vitória do exército republicano, com as seguintes palavras:

Após lutas tremendas, há mais de um ano sustentadas pelo glorioso exército nacional, lutas de heroísmos e de sacrifícios, em que os nossos soldados deram a maior prova do seu devotamento à República, **caiu, afinal, o reduto conselheirista, que nos sertões baianos ateava o incêndio da revolta e do fanatismo bárbaro.**

Canudos tomado! **foi o grito entusiástico que ontem ecoou nesta capital e de certo em toda a República**, ferida profundamente com a morte de um punhado de bravos que a defendiam, mas vingada hoje pela mais estrondosa das vitórias.

Nas justas expansões do nosso povo pela boa nova que chegava, o nome de Arthur Oscar, o denodado soldado brasileiro, cujos inestimáveis serviços à nossa pátria tão alto o elevam no conceito dos seus concidadãos, foi freneticamente saudado, como não foram esquecidos todos os seus companheiros de luta que, como ele, tinham a pulsar no coração generoso o mesmo sentimento de patriotas e de republicanos.

As armas brasileiras, vencedoras sempre, a honrarem as suas brilhantes e gloriosas tradições, ensarilham-se hoje para festejar a sua vitória, que é a vitória de nós todos.

Aguardemos os vencedores para saudá-los em sua passagem triunfante, enquanto levamos a nossa saudade às vítimas do dever, que lá ficaram.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 out. 1897, p. 1. (grifos meus)

Há um entusiasmo perceptível nas palavras do jornal que, desde o início da guerra de Canudos, se posicionou ao lado das forças legais, afirmando a necessidade de defender a República contra os “fanáticos” de Conselheiro. O *Jornal do Brasil* trata ainda do desfecho da guerra como “a vitória de todos nós”, uma vez que a República é a própria representação da nação brasileira. Todos os cidadãos deveriam se regozijar com o fim dos conflitos.

Fica ainda mais evidente a postura do jornal de defender as ações do exército em Canudos e a República brasileira no texto da coluna “Semana Política” imediatamente posterior às notícias da vitória do governo, assinada por alguém que se identificou apenas como “D. de A.”:

E de certo, a vitória sobre **Canudos, o antro hediondo** em que **se sacrificaram heroicamente tantos bravos do nosso exército**, ecoou festivamente em todos os corações; e com verdadeiro ardor político S. ex. viu subirem as escadarias do seu palácio para saudá-lo, como o chefe de Estado, desde corporações do oficialismo disciplinado pelos convites dos diretores de secretaria e de serviços até a onda confusa e livre da multidão anônima, que só obedece às sugestões dos seus próprios sentimentos.¹⁵⁰

3.5. O *Jornal do Brasil* e a cultura republicana

Por todo o exposto, é perceptível a posição do *Jornal do Brasil* de defesa das instituições republicanas, que estariam em perigo em função da existência do arraial de Canudos, segundo suas reportagens e colunas especiais (como a “Semana Política”). Os conselheiristas, conforme o que o jornal veicula, eram fanáticos, chamados de “bandidos” diversas vezes pelo jornal, que sonhavam com a restauração da Monarquia e, portanto, ligados a tudo que representava o atraso da nação brasileira, contrários ao progresso trazido pela República.

O *Jornal do Brasil* criou em suas páginas heróis e vilões para a República. Com isso, este periódico está vinculado à consolidação de uma cultura política republicana que vinha tentando desde a década de 1870 se firmar no Brasil. O 15 de novembro de 1889 não fora suficiente para implementar de maneira definitiva os ideais republicanos no país. O episódio de Canudos foi utilizado como uma oportunidade fundamental de reiterar a República como sinônimo de “ordem e progresso”, liberdade e democracia, e a Monarquia de atraso, retrocesso, tirania,

¹⁵⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 out. 1897. p. 1. (grifos meus)

tudo o que não se desejava ver retornar ao Brasil. Além disso, a ideia de patriotismo estava intimamente ligada, conforme o jornal, ao apoio às forças oficiais; apoiar a eliminação dos inimigos dos ideais republicanos de civilização e progresso era a mais concreta definição do que era ser “patriota”.

Os grandes heróis do conflito, de acordo com as reportagens do *Jornal do Brasil*, eram os membros do exército republicano – tratado pelo periódico como “nosso exército”. Eram apontados pelo jornal como os defensores da República, dispostos a dar seu sangue e a própria vida por ela. A constante adjetivação dos soldados e oficiais como “bravos”, “valentes”, “patriotas”, elogiando sempre a coragem e empenho das forças armadas na campanha de Canudos, e o incentivo à eliminação do arraial conselheirista, demonstra o grande apoio do jornal à República – que, vale ressaltar uma vez mais, não se confunde nas páginas do periódico com os governantes que a dirigiam.

Os vilões eram os conselheiristas, que habitavam o arraial de Canudos, caracterizado pelo jornal como “antro hediondo”, “Vendeia ridícula dos fanáticos”¹⁵¹, “derradeiro reduto em que se encastelara o espírito reacionário”¹⁵², marcados pelo jornal como “fanáticos”, “bandidos”, que lutavam pela restauração monárquica. Eles eram os “malfeitores”, “paladinos da restauração monárquica”, pessoas “absolutamente fora da lei”. Por conseguinte, deveriam ser combatidos com a máxima urgência e vigor, para que a República pusesse fim às ameaças à sua própria existência.

Ora, se os conselheiristas eram monarquistas, como foi estampado nas páginas do periódico, então, eles eram representantes e defensores do passado a que não se desejava voltar. Por isso, o massacre, o extermínio, do arraial se mostrava urgente, imprescindível para garantir o futuro de progresso que a República – e somente a República – poderia trazer para o Brasil.

A República era o grande ideal de civilização, de ordem e de progresso, pelo qual era preciso zelar; a “causa da República” era a própria “causa da liberdade”¹⁵³. Se houvesse ameaças à manutenção do regime, era preciso eliminá-las. Era este o caso de Canudos e de Conselheiro e sua gente.

¹⁵¹ **Jornal do Brasil**, 10 ago. 1897. p. 1.

¹⁵² **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 jul. 1897. p. 1.

¹⁵³ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1897. p. 1.

Assim, o *Jornal do Brasil* reiterava, em suas páginas, ideias e valores que constituíam a *cultura republicana* que pretendia cada vez mais se disseminar e enraizar no país, para dar estabilidade à ainda recente República brasileira.

4.

“Fiel sustentador” da República: *O Paiz* e a Guerra de Canudos

4.1.

A “cidadela maldita”: ameaça para a República, a ordem e o progresso

O *Jornal do Brasil* valorizou e defendeu veementemente a República em oposição aos supostos inimigos do regime, identificados com os conselheiristas, como pôde ser verificado nesta pesquisa. Outro importante jornal da época, que tinha muita circulação na capital federal, *O Paiz*, mostrou a mesma postura de defesa das instituições republicanas e de ataque aos seguidores de Antônio Conselheiro.

O Paiz sempre foi, desde sua fundação, um jornal de orientação republicana. Este periódico anunciava em sua primeira página ser “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina”; sua circulação na capital federal, portanto, veiculando notícias sobre Canudos, ajudava a construir imagens para a República e para os conselheiristas que tinham grande alcance.

Assim como o *Jornal do Brasil*, *O Paiz* também utiliza pronomes na primeira pessoa do plural para tratar da República e do exército; um exemplo disso é o telegrama do correspondente do jornal, que afirma: “Os jagunços têm perdido muita gente e nós também. Todos os dias avançamos e eles recuam.”¹⁵⁴ Criava-se com isso um distanciamento entre os leitores e os conselheiristas que, mais do que geográfico, era político e cultural. Os homens de Conselheiro eram a encarnação do atraso, do retrocesso, enquanto o exército, o jornal e seus leitores estavam identificados ao progresso republicano. O arraial de Canudos era a “cidadela maldita”¹⁵⁵ que cabia ao governo destruir.

O Paiz é mais combativo em relação ao arraial de Canudos do que o *Jornal do Brasil*. O jornal trazia inúmeros elogios aos “defensores da República”, aos soldados e oficiais do exército. Aos conselheiristas, destinava palavras como “horda dos fanáticos”¹⁵⁶, “bando de celerados”¹⁵⁷, “horda de facínoras restauradores”¹⁵⁸,

¹⁵⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1897. p. 1.

¹⁵⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 set. 1897. p. 1.

¹⁵⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1897. p. 1.

¹⁵⁷ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1897. p. 1.

¹⁵⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1897. p. 1.

“jagunçada”¹⁵⁹, “bandidos”¹⁶⁰ e “criminosos”¹⁶¹. Em suas reportagens, os conselheiristas são desqualificados como “bandidos restauradores”; os militares republicanos, por sua vez, eram homens que deveriam ter seu sangue vingado, pois eles sim eram cidadãos brasileiros e amantes de sua pátria; os soldados mortos em combate foram chamados pelo jornal em algumas edições de “mártires da República”. Sobre este ponto, um trecho interessante a ser analisado é o seguinte, que trata da falta de notícias em relação a Canudos, de 16 de agosto de 1897:

Os despachos que recebemos ontem da Bahia, pouco, muito pouco mesmo, adiantam sobre o drama sanguinolento que se desenrola nos sertões daquela terra, entre as valorosas forças do nosso exército e as dos celerados que atentam em vão contra a Pátria de que **tais desgraçados são infelizmente filhos**.

No entanto, há ainda uma nota lúgubre a registrar: a da **morte de mais alguns oficiais, valentes representantes das glórias do exército brasileiro**, sacrificados numa campanha inglória, contra fanáticos estúpidos, a soldo de monarquistas impenitentes.¹⁶²

A República era mãe de todos, mas isto está exposto pelo jornal com um tom de enorme desgosto. Os conselheiristas são “desgraçados” que, “infelizmente”, também são filhos da República, assim como os soldados que a defendiam. Portanto, as “vidas preciosas”¹⁶³ perdidas no sertão – a que o jornal se refere em algumas matérias – certamente não eram as dos seguidores de Conselheiro, mas as dos homens do exército.

As ações dos conselheiristas, assim como no *Jornal do Brasil*, eram retratadas como covardes e traiçoeiras, ao contrário das que eram tomadas pelo exército, sempre gloriosas, valentes e honradas; é o que ilustram os trechos a seguir:

Os jagunços bem armados e municiados respondiam tiro por tiro, efetuavam sortidas, lançando mão de todos os recursos de uma **ofensiva covarde e indigna**.¹⁶⁴

Calculam (...) que os fanáticos ainda têm uns 3000 homens em armas. Dentro de Canudos continuam invisíveis, ferindo os nossos soldados ao abrigo das trincheiras que levantaram e das defesas naturais do terreno. Os nossos bravos procuram opor astúcia à astúcia; isto, entretanto, pouco lhes serve, porque são soldados, porque não podem descer à **cobardia da agressão do inimigo**.¹⁶⁵

¹⁵⁹ O Paiz, Rio de Janeiro, 08 mar. 1897. p. 1.

¹⁶⁰ O Paiz, Rio de Janeiro, 09 mar. 1897. p. 1..

¹⁶¹ O Paiz, Rio de Janeiro, 10 mar. 1897. p. 1.

¹⁶² O Paiz, Rio de Janeiro, 16 ago. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁶³ O Paiz, Rio de Janeiro, 07 set. 1897. p. 1.

¹⁶⁴ O Paiz, Rio de Janeiro, 07 jul. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁶⁵ O Paiz, Rio de Janeiro, 17 ago. 1897. p. 1. (grifos meus)

O exército era retratado pelo jornal como incansável na justa defesa das instituições republicanas. Os soldados mortos em combate eram mártires, e os sobreviventes, grandes heróis nacionais, profundamente imbuídos do sentido de seu dever com a Pátria, como mostra o seguinte trecho: “Entre o soldado brasileiro não se sabe o que é esmorecer. Disciplinado por excelência, tendo à frente chefes dignos pela bravura inata e pelos talentos militares, sabe apenas o que é o cumprimento do dever.”¹⁶⁶ Os soldados eram “aqueles bravos que palmo a palmo vão ganhando terreno ao inimigo, à custa de muita vida preciosa perdida, é certo, mas com a coragem indômita característica do exército brasileiro.”¹⁶⁷

Em agosto, o jornal se mostrou preocupado em afirmar para o seu público leitor que desejava sempre exaltar as qualidades de todos os membros do exército, ao contrário de determinadas personalidades políticas – não apontadas especificamente – estavam causando divisões nas forças armadas que combatiam um perigoso inimigo, os conselheiristas:

Nesta questão de Canudos, enquanto os amigos do governo se esforçam por cindir o exército, despertando levemente ciúmedas entre comandantes, criando partidos nas forças em operações, amesquinando o mérito de um bravo para dar o primeiro plano à capacidade de outro, **nós temos seguido uma linha de conduta invariável – a de apregoar a bravura, a dedicação, o entusiasmo patriótico de todos que se batem**, apontando os nomes de todos ao reconhecimento, às aclamações do país. Para nós **cada soldado que lá está jogando a sua vida na desafiante da dignidade republicana**, no esmagamento dessa horda que a tão lúgubre desastre sujeitou os brios do nosso exército, **é um bravo que não tem outro interesse senão o de desagrar a honra das instituições**, escarnecidas e insultadas por esse bando de celerados, às ordens de um profeta jansaro, de um pregador de seita, que na mesma evangelização condena as obras de Satanás e as criações da democracia brasileira. Somos estranhos a esse partido, a esses desacordos funestos entre camaradas, e porque muito amamos a República, como a reputamos em graves dificuldades, a braços com uma conspiração proteiforme, como por ora **não conhecemos outro sustentáculo mais valioso dos seus princípios que não seja o exército** – repelimos como insensata e criminosa qualquer tentativa para a desunião, por conseguinte para o enfraquecimento da única classe de que dispomos, do único apoio com que contamos. O nosso dever de republicanos é alentar os heróis que lá estão na Bahia pagando o duro tributo de sangue que os adversários da República decretaram e cobram (...).¹⁶⁸

Era a própria dignidade republicana que estava ameaçada – opinião comum aos dois periódicos analisados no presente trabalho. O exército era o mais

¹⁶⁶ O Paiz, Rio de Janeiro, 07 jul. 1897. p. 1.

¹⁶⁷ O Paiz, Rio de Janeiro, 01 ago. 1897. p. 1.

¹⁶⁸ O Paiz, Rio de Janeiro, 24 ago. 1897. p. 1. (grifos meus)

importante pilar de sustentação dos princípios republicanos, de acordo com as palavras d’*O Paiz*.

4.2

“A catástrofe”: a expedição Moreira César

O momento posterior ao fracasso da terceira expedição a Canudos, a do Coronel Moreira César, é crucial para esta pesquisa, pois é a derrota da expedição que, supostamente, deveria liquidar o arraial de Conselheiro. Como já exposto anteriormente, o malogro do coronel conhecido como “corta-cabeças” foi um baque para o governo republicano, que tinha nele as maiores esperanças de combate aos conselheiristas.

O jornal noticiou os acontecimentos recentes do sertão da Bahia referindo-se a eles como “a catástrofe” – sendo este, inclusive, o título das matérias acerca da expedição. Os textos das reportagens traziam um vocabulário muito crítico e combativo contra os conselheiristas, e a favor da República, que, segundo o jornal, estava sendo ameaçada por eles. Na edição de 08 de março de 1897, publicou-se n’*O Paiz*, na coluna semanal “Às segundas”, palavras muito enfáticas exigindo a solução rápida e definitiva para “esse estado permanente de perturbações”¹⁶⁹. Inicia-se o texto afirmando o autor que estava “sob a dolorosa impressão da dor que punge a alma brasileira pelo desastre da força legal em ação contra a caudilhagem monárquica, que infesta os sertões da Bahia, e diante dos cadáveres dos bravos soldados da República”¹⁷⁰.

A derrota da expedição, segundo suas palavras, afetou “a alma brasileira”; ou seja, o jornal dava a entender que todo o povo brasileiro sofria pelo fracasso de Moreira César e pela morte dos “bravos soldados da República”. O autor continuou o artigo afirmando que o regime republicano, ao instalar-se no Brasil, foi mais tolerante do que deveria com seus inimigos, possibilitando, desta forma, o surgimento de movimentos contrários a ele como era o caso – de acordo com *O Paiz* – do arraial de Canudos:

Esse sacrifício de tantas vidas preciosas **é mais um sinistro resultado da política de tolerância**, de esquecimento, de véus corridos sobre o passado, à sombra da qual, na fermentação de ódios sobreviventes à generosidade dos

¹⁶⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1897. p. 1.

¹⁷⁰ Idem.

vencedores, medraram conselheiros de todos os feitios, trabalhando livre e desembaraçadamente na sublime obra do – quanto pior melhor.¹⁷¹

A “generosidade dos vencedores” – dos republicanos –, portanto, foi fundamental para que seus inimigos pudessem ameaçá-los naquele momento. O autor foi enfático e direto neste ponto; ele afirmou: “ouço dizer o bom senso popular que – quem seu inimigo poupa nas mãos lhe morre, e jamais falha a sabedoria dos provérbios”¹⁷². Isto significava dizer que a República deveria ter agido com mais firmeza para eliminar seus possíveis adversários quando de sua vitória sobre a Monarquia. Se assim houvesse feito, não estaria enfrentando estas “perturbações”.

Como os republicanos não tomaram esta atitude de combater os supostos restauradores monárquicos antes que eles lhes causassem problemas, deveria fazê-lo agora, com a maior urgência e energia possíveis, de acordo com o editorial:

É a primeira vez que a força da República, representada pelo exército, sofre um desastre dessa ordem e isto caracteriza uma situação desgraçada, que o governo tem o dever de remover com prontidão e energia, para assegurar a paz que ansiosamente almeja o povo brasileiro.

Deve terminar definitivamente esse estado permanente de perturbações, embora à custa das mais enérgicas e extremas medidas; e, nesse empenho patriótico e de honra, o governo pode contar com o apoio incondicional de todos os sinceros republicanos.¹⁷³

Neste momento, portanto, ser republicano significava dar “apoio incondicional” ao exército – que “representava a República” – nas expedições contra os conselheiristas, compreendendo a necessidade de medidas “enérgicas”. O autor do texto expressa a ideia de que o tempo para tolerância havia se extinguido para o governo republicano; pela sobrevivência e estabilidade da República, não havia mais a possibilidade de prolongar a existência do arraial de Canudos:

Não há mais lugar para hesitações, nem sentimentalismos piegas: as pegadas de sangue dos heróis trucidados em Canudos marcam o caminho ao honrado sr. Prudente de Moraes e lhe impõem completa reivindicação da honra nacional maculada pelos desordeiros da Bahia, tão amesquinçados pelos tais espíritos conciliadores, que ainda há pouco reputavam exagerado e quase ridículo o procedimento aparatoso do governo em relação a um grupo de fanáticos mal armados e composto, na grande maioria, de velhos, mulheres e crianças hipnotizados pelo Conselheiro de lá.

(...)

¹⁷¹ Idem. (grifos meus)

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

O governo deve ter adquirido agora a nítida noção dos perigos que o cercam, assim como o critério para reconhecer os verdadeiros, os fiéis e impertérritos amigos da República.¹⁷⁴

A notícia do combate e do fracasso da expedição é dada na mesma edição com ares dramáticos acerca do que se considerava uma tragédia para a República. A reportagem trata dos conselheiristas como “restauradores”, ou seja, como pessoas que tinham a clara intenção de retorno ao regime monárquico:

Ao saber-se positivamente do triste resultado do combate, do sacrifício de tantos valentes imolados à ambição restauradora e sobretudo da perda irreparável desses dois heroicos soldados, tão queridos à República pela sua bravura, pelo seu poderoso gênio militar, pelo seu incomparável devotamento às instituições – **não houve alma de patriota que não se confrangesse de dor e não se revoltasse contra a iniquidade do destino.**¹⁷⁵

O patriotismo é, como se pode perceber, associado diretamente ao sentimento de derrota da expedição; ser patriota era estar de luto pelos soldados mortos na expedição, e lamentar seu malogro. De acordo com o discurso do jornal, não houve quem encarnasse mais este espírito patriótico de defesa das instituições republicanas brasileiras do que o coronel morto na expedição, Moreira César. Este era um novo herói – e agora um novo mártir – da República brasileira.

As palavras d’*O Paiz* sobre este oficial do exército são muito elogiosas, buscando ressaltar que ele, um “bravo republicano”, era muito respeitado pelos “patriotas” e temido pelos “inimigos da República”:

O seu nome era já quase uma legenda: se aos adversários impenitentes do regime, aos acirrantes de revoluções, aos exploradores de caudilhagens, ele inspirava justo ódio – **aos amigos leais da República, aos que sabiam com quanto entusiasmo ele a defendera no seu período de angústia, com quanto carinho e intransigência velava pela sua ordem e segurança, a esses ele só inspirava uma admiração que raiava com o fervor de um culto.** Não havia no glorioso exército nacional quem mais do que ele tivesse despertado o rancor, a hostilidade ferina dos embusteiros e traidores, que poluíam em torno das instituições, que até em seu próprio seio logravam acomodar-se à espera do instante em para mais à vontade injetarem o seu veneno. Daí as intrigas vilãs com que se procurava desprestigiar o seu nome; daí as calúnias que se forjavam com o intento de o tornarem mal visto pelo poder; daí a ignóbil faina de certos mercenários da restauração, fazendo de Moreira César uma espécie de hiena, um desequilibrado (...).

A coragem cívica deste **bravo republicano** apavorava os conspiradores, esfriava-lhes os ímpetos sediciosos, e a sua intransigência no cumprimento do dever, o seu desprezo absoluto da opinião suspeita, **a sua imperturbabilidade de**

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem. (grifos meus)

ação na vigilância da República representavam para os numerosos inimigos desta o mais lúgubre dos pesadelos.

Foi precisamente esta guerra feita arrogantemente às suas tradições de lealdade militar e de zelo republicano que o foi tornando precioso ao nosso coração, que o elevou no respeito e na veneração dos patriotas, que fez brotar na alma de cada um de nós uma verdadeira idolatria por esse **belo temperamento de herói**. Parecia-nos que a República nada teria a temer enquanto a mão deste valente pudesse vibrar uma espada.¹⁷⁶

A homenagem póstuma ao coronel Moreira César continua no mesmo tom de lamento e de pesar pela perda sofrida pela República, da qual ele seria um dos apoios fundamentais. Moreira César era o representante máximo da defesa das instituições republicanas, que era preciso proteger contra o “banditismo restaurador”. *O Paiz*, assim como o *Jornal do Brasil*, consagrou Moreira César como grande herói da Pátria, uma perda inestimável para o exército e para a República, pois era nele que se depositavam as esperanças dos brasileiros. Nas palavras do jornal:

E nas horas de maior desânimo, quando com mágoa víamos a repulsa dos lutadores leais e o ingênuo franqueamento das posições aos mais rastejantes e cavilosos dos inimigos o augurávamos para breve um abalo no regime, **era para o seu braço forte que as nossas esperanças se voltavam**, confiando que ele saberia, com o seu valor, a sua tática, o pânico que o seu simples nome espalhava nos grupos dos agitadores, salvar a instituição do ataque traiçoeiro, anular o bote dos tartufos.

Por isso: porque ele se impusera ao nosso entusiasmo com a grandeza da sua conduta na revolução de 94; porque ele nos representava no seu espírito de vigilância permanente, na fria serenidade com que executava o dever, o gênio e a tradição do glorioso marechal; porque ele, enfim, era para nós um dos esteios da República, - é que a sua morte nos encheu de consternação e desespero, como se uma querida ilusão nossa se tivesse desfeito, como se uma esperança, de longo tempo afagada, subitamente baqueasse e no desaparecimento levasse toda a alegria e toda a fecundidade do nosso esforço. Ele merecia bem esta admiração, o bravo, o glorioso Moreira César – tão subitamente roubado ao afeto e ao reconhecimento da República por **uma bala do banditismo restaurador!** Se no momento, como era natural, todos ficamos como imersos num assombro, num estupor de agonia, pouco depois, ao reentrarmos na integridade do nosso ser consciente, um grande sentimento surgiu, dominando e alarmando todas as energias da nossa alma – o de **vingar em breve o seu sangue, desagravando a honra da República ofendida**. E assim há de acontecer!¹⁷⁷

A “honra da República” estava ameaçada; neste sentido, assim como o *Jornal do Brasil*, *O Paiz* também afirmava a necessidade de vingança dos republicanos pela “tragédia de 3 de março”, como o periódico chama os

¹⁷⁶ Idem. (grifos meus)

¹⁷⁷ Idem. (grifos meus)

acontecimentos relacionados à morte de Moreira César. O ocorrido em Canudos era também prova cabal do fortalecimento dos monarquistas e da possibilidade de um golpe que trouxesse o antigo regime de volta ao país:

A tragédia de 3 de março, em que juntamente com Moreira César perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais briosíssimos do nosso exército, foi **a confirmação de quanto o partido monarquista, à sombra da tolerância do poder público e graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e em força.** Já estava no espírito dos republicanos que o caso de Canudos não era uma simples expressão do fanatismo sertanejo, mas sim um **atentado à segurança das instituições.** Os primitivos aliciamentos fizeram-se, é claro, pela influência que naquelas almas rudes exercia a palavra doutrinante de um pregador de roça, com veleidades a Messias; mas **um belo dia, os restauradores entenderam dever aproveitar esse homem, meio apóstolo, meio facínora, fizeram dele e do seu bando um instrumento de anarquia e em nome da igreja e do trono subornaram-no para conflagrar a Bahia.** O bando fez-se exército; armou-se, municiou-se, recebeu naturalmente instrutores, obedece a comandantes com conhecimentos de tática militar, e hoje ali está em pleno coração daquele Estado, sugando a sua seiva, espalhando o terror na população, afrontando os poderes constituídos da nação, ensopando o solo dos seus redutos com o sangue dos soldados federais!¹⁷⁸

A comunidade de Canudos, portanto, ganhou, n’*O Paiz*, o sentido de restauração da Monarquia, atentando contra as instituições e a ordem republicana. Ainda assim, o jornal destaca que esta não seria a primeira intenção do arraial; os monarquistas do país teriam se aproveitado da formação de Canudos e de seu líder “meio apóstolo, meio facínora” para aliciar os conselheiristas para sua causa.

Uma vez mais, é afirmado no jornal que a culpa disto é da própria República, que não soube lidar com seus inimigos da forma mais adequada:

A República está sendo **lesada no seu crédito**, está sendo **desfalcada na sua honra**, está sendo ferida no seu coração, porque ela não tem querido aprender nas eloquentes lições dos fatos e **tem respondido às violências, às profanações e aos crimes, com atos de insensata tolerância.** Quem o inimigo poupa nas mãos lhe morre – diz a sabedoria popular. O governo da União, desconhecendo o valor do adágio, tem sido de uma requintada clemência para com todos que a afrontam e a ensanguentaram.¹⁷⁹

A tolerância demasiada dos republicanos com seus inimigos e com as “violências”, “profanações” e “crimes” contra suas instituições é que levou aos acontecimentos e “tragédias” dos sertões baianos. É afirmado pelo jornal que “tudo se perdoou”, e, assim, os inimigos da República vinham novamente afrontá-la. A

¹⁷⁸ Idem. (grifos meus)

¹⁷⁹ Idem. (grifos meus)

“catástrofe” que foi a terceira expedição, assim como a derrota das duas primeiras, ameaçavam a credibilidade da República. *O Paiz* e o *Jornal do Brasil* tinham discursos muito parecidos também neste aspecto, como pode ser verificado nas leituras de suas páginas. *O Paiz* fez ainda uma súplica ao governo republicano para que acabasse com a ameaça conselheirista com a máxima urgência:

Tudo se perdoou, tudo se esqueceu e ei-los agora, os inimigos de ontem e de sempre, escarnecendo de tanta simplicidade com esse baluarte poderoso enervado no fundo de um sertão, a fazer morder a terra, em golfadas de glorioso sangue, os heroicos soldados brasileiros, mártires da sua dedicação à República.

Governo da nossa Pátria – basta de ilusões, basta de fraqueza! As instituições, vós o vedes, estão sendo atraídas e comprometidas, porque atrás da miragem da confraternização nacional já arrastastes na queda alguns dos mais ilustres, dos mais nobres dos vossos filhos, belos leões vencidos pela cilada na defesa da República.

Esta Paixão da Pátria precisa ouvir em breve as alegrias triunfais da Aleluia. Sede forte, sem deixar de ser justo – mostrai ao país que a tempo soubestes virar de rumo, **afirmar com uma política de grande virilidade patriótica o alento e a dignidade da República**. Aí tendes ao vosso lado a dedicação de todo o exército e de toda a armada, a grandeza épica desta mocidade brasileira que, por uma ideia santa, sabe tão bravamente morrer no seu posto de combate. Aproveitai todos estes braços que se vos estendem e todos estes entusiasmos que se vos oferecem – mas **vingai a República, vingai a memória destes valentes** que por ela perderam a vida tão ilustre e como só muito ama quem muito odeia, mostrai que ela, **mãe dolorosa a quem a traição roubou os filhos estremecidos e gloriosos**, sabe punir com vigor os que a privaram do amparo da sua espada e da grandeza criadora do seu afeto. **Que a República enxugue as lágrimas pelos que morreram e se erga para completar a tragédia com o epílogo de sua nobre e formidável vingança.**¹⁸⁰

A luta contra Canudos é, mais uma vez, chamada de “vingança” pelo jornal, assim como acontece no *Jornal do Brasil*. A República, nos dois periódicos, era representada como a mãe de todos os cidadãos brasileiros que a amavam e defendiam, e deveria punir com o máximo vigor todos aqueles que ameaçavam seus filhos. No trecho a seguir, o jornal afirma mais uma vez a necessidade de eliminar o problema que representava o arraial de Conselheiro:

Agora e só agora o governo federal soube qual a força do inimigo que tem no sertão da Bahia; agora e só agora ele pode calcular com precisão quais os elementos de guerra que precisa opor a esse miserável instrumento de conspiração monarquista. Esta é que tem de ser no mais breve espaço de tempo completamente esmagada para desafronta do nosso glorioso exército sacrificado à triste politicagem de campanário e para honra da República, batida por uma horda de vândalos entrincheirados poderosamente, sem que o governo da Bahia lhes tivesse

¹⁸⁰ Idem. (grifos meus)

posto embaraços, em um arraial do sertão, duas vezes cemitério da bravura dos nossos soldados!¹⁸¹

A 12 de março, o jornal publicou novamente seus votos de que o arraial de Canudos fosse devidamente reprimido e eliminado por suas atitudes que ameaçavam a segurança da República:

O que é necessário é que a dolorosa provação do último combate dê ao governo a clarividência para **eliminar do sertão baiano** aquele reduto que, já não se pode esconder, é uma ameaça à República. O que é preciso é que ao exército nacional não se demore o **desagravo pelo desastre de Canudos**, que deve ser o último a enlutar as armas brasileiras.¹⁸²

A edição de 09 de março trouxe também em suas páginas afirmações sobre um golpe vindo dos sertões da Bahia para acabar com as instituições republicanas. A República é identificada com a “Pátria”, conforme pode ser observado no parágrafo abaixo citado:

De muito, na evolução da nossa história e na vida da população do Rio de Janeiro, um golpe político e militar não avassala tão extraordinariamente o espírito cívico das multidões, como o que roubou ao exército e à defesa permanente da Pátria uma das mais eminentes personalidades, de envolta com a expedição de tropa, no interior do norte.¹⁸³

O periódico, mais uma vez, afirmou que o arraial de Canudos era uma espécie de *reduto monarquista*, planejando um golpe. Os restauradores que levaram à morte do coronel Moreira César não estariam, portanto, restritos àquela localidade na Bahia. O movimento ganhava dimensões nacionais nas páginas d’*O Paiz*:

Moreira César era um nome e era uma legenda. A República tinha nele uma esperança e uma garantia. Depois, o movimento que o envolveu, não está circunscrito aos limites geográficos do Estado baiano.

A campanha tem **horizontes largos** e obedece ao sentimento e ao **plano da restauração imperial**.

Tanto quanto a honra do exército, estão também empenhadas na crise as próprias instituições republicanas do Brasil.¹⁸⁴

Os conselheiristas foram descritos, no dia 12 de março, como uma “quase organização militar”, que estaria “a serviço dos restauradores”. Portanto, eles não estavam sozinhos na luta contra a República:

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² **O Paiz**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁸³ **O Paiz**, Rio de Janeiro, 09 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁸⁴ Idem. (grifos meus)

Os fanáticos, dizem os telegramas, não são simplesmente um núcleo que se bate com a ferocidade dos bandidos, porque atacam em ordem e dispõem de bombas, que já opuseram a coluna do bravo e ilustre coronel Moreira César.

Não devemos agora indagar a quem pertence a responsabilidade desta **quase organização militar** a que chegaram os grupos chefiados por Antônio Conselheiro e a **serviço dos restauradores**.¹⁸⁵

O momento delicado em que se encontrava a República é tratado como “angustiosíssimo” na edição do jornal de 16 de março, que reforça a necessidade de se “esmagar” o arraial dos conselheiristas:

Sabemos bem que a República atravessa uma angustiosíssima fase de sua existência institucional; que o movimento da Bahia é a primeira e assustadora manifestação de um hábil plano restaurador, urdido por inteligências perversas e que precisa ser imediatamente esmagado (...).¹⁸⁶

Por sua “defesa da República” (ressalte-se aqui que esta é uma expressão muito usada pelo jornal), os soldados são constantemente descritos pelo periódico como patriotas, bravos republicanos lutando por uma “boa causa”:

Continuou ontem o entusiasmo da **mocidade republicana que patrioticamente** reclama lugar nas fileiras dos soldados que devem bater a horda de facínoras restauradores dirigidos por Antônio Conselheiro.

De toda a parte chegam adesões; de toda a parte levadas de voluntários surgem para essa campanha, em que valorosamente se empenhará o ardor de **nossos soldados e patriotas** pela vitória definitiva da **boa causa**.¹⁸⁷

A notícia de uma pequena vitória dos soldados do exército, dada pelo jornal no dia 17 de março, é descrita como “agradável”; esta boa nova serviria para, de alguma forma, desmentir os boatos e lendas que se teriam criado em torno da figura de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, e reafirmado a certeza da proximidade da vitória final (mais uma vez tratada como “vingança”) do governo republicano contra os “fanáticos”:

(...) agradável informação de que os conselheiristas, fora do seu reduto de Canudos, sofreram um revés que, se não pode compensar a perda irreparável de tantos bravos do exército nacional, demonstra que **há muito a descontar na lenda que envolve os fanáticos**, dando aos mais incrédulos a certeza de que a vingança a que está obrigado o governo federal destruirá as veleidades de especular-se com movimentos idênticos.¹⁸⁸

¹⁸⁵ O Paiz, Rio de Janeiro, 12 mar. 1897. p. 1.

¹⁸⁶ O Paiz, Rio de Janeiro, 16 mar. 1897. p. 1.

¹⁸⁷ O Paiz, Rio de Janeiro, 13 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁸⁸ O Paiz, Rio de Janeiro, 17 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

Em 18 de março, circulou uma notícia no periódico da suposta prisão de João Abade, um dos mais próximos seguidores de Antônio Conselheiro. Na reportagem do jornal acerca desta prisão – que depois se verificou não ser verdadeira –, Abade é caracterizado como “célebre facínora” e “pérfido lugar-tenente”, caracterização semelhante à do *Jornal do Brasil*, e Conselheiro é chamado de “desgraçado fanático”:

Nosso ilustre colega *A Notícia*, em edição de ontem, tratando dos sucessos que prendem atualmente a atenção pública, disse que por telegrama particular fora passada para esta capital a notícia de que na Bahia circulava em rodas oficiais ter sido preso em Monte Santo o célebre facínora João Abade.

Como se sabe, esse bandido era a suprema esperança de seu colega Antônio Conselheiro, o **desgraçado fanático que a monarquia tomou para seu cabo de guerra nos sertões do heroico estado do norte**.

A notícia é certamente daquelas que se recebem com alegria e entusiasmo, porquanto, preso João Abade, o Conselheiro perde seu braço direito, seu pérfido lugar-tenente.¹⁸⁹

A caracterização dos homens de Conselheiro é sempre negativa, no sentido de desqualificar seus seguidores e o próprio líder de Canudos, enquanto a dos membros do exército, legítimos representantes da ordem republicana, é muito positiva, ressaltando o valor dos soldados para a pátria. Além disso, Conselheiro era um instrumento dos monarquistas para tentarem restaurar este regime no Brasil.

O apoio da população ao governo republicano e seu exército em sua missão de eliminar a ameaça representada pelo arraial de Canudos pode ser entendido como ponto fundamental da cobertura do jornal. Um menino de 12 anos, que quis alistar-se no batalhão que seguiria para a Bahia, é colocado nas páginas d’*O Paiz* como um exemplo de patriotismo comovente:

UM PATRIOTA DE 12 ANOS

(...)

Um fato que caracteriza o entusiasmo que vai pela alma republicana na defesa das instituições:

Apresentou-se a alistamento Joaquim Teixeira da Luz, de 12 anos de idade, natural de Campinas; como, em virtude de sua idade, lhe dissessem que não podia fazer parte do batalhão, declarou peremptoriamente que, ainda mesmo a contragosto do comandante, havia de seguir para a Bahia com o batalhão.

Disse ainda que tinha permissão de seu pai para alistar no batalhão Moreira César.

E soltando vivas à República, metia-se a marchar com os recrutas.¹⁹⁰

¹⁸⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1897. p. 1.

¹⁹⁰ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1897. p. 1. (grifos meus)

A manchete, “Um patriota de 12 anos”, chama atenção para o patriotismo da mocidade brasileira, como um grande exemplo a ser seguido. Patriotismo, como já mencionado anteriormente, estava diretamente associado ao apoio à “causa republicana”, em oposição à “causa restauradora”. Em agosto, é publicado o seguinte parágrafo em uma notícia, que trata mais uma vez de um exemplo a ser seguido pelos verdadeiros patriotas brasileiros; abaixo de uma imagem grande que representava o general Savaget, estava o seguinte texto:

Ao general Savaget, que escreveu a página mais gloriosa desta malfadada campanha contra os fanáticos do sertão da Bahia, ao valente que triunfou, pela tática sábia e pela prudente ousadia, de um sistema de guerra de que os conhecimentos da arte militar ainda não tinham falado aos mais estudiosos da estratégia antiga e moderna, ao glorioso ferido de Cocorobó, apresenta O Paiz as suas homenagens, publicando-lhe o retrato, para que as mães brasileiras possam nele mostrar aos filhos o que há de mais elevado no nosso país, o que quer dizer amor à Pátria, abnegação e cumprimento do dever mais sagrado do cidadão.¹⁹¹

Os oficiais e soldados do exército eram, portanto, os grandes modelos de patriotismo, porque estavam defendendo a República com o sacrifício de suas próprias vidas se necessário fosse. Era nestes exemplos de “sinceros republicanos”, de “verdadeiros patriotas” que a população deveria se mirar.

4.3.

A Monarquia como “planta de clima frio em região tropical”

A defesa da República é justificada, de certa forma, na edição do dia 05 de julho de 1897, sob o título “Notas avulsas”:

A ordem social, que é o equilíbrio das forças de conservação e de progresso, fundamentalmente idênticas, posto que na aparência divergentes, tem a sua mais elevada e mais completa expressão na República, organizada em bases democráticas.

Na Democracia Republicana, bem compreendida e praticada, melhor se manifestam, como ideias correlativas, os princípios de liberdade e de autoridade, emanados da mesma lei.

Governo do povo pelo povo, o sistema republicano democrático, mais que nenhum outro, presta-se, pela sua maior maleabilidade, dado o funcionamento normal de suas instituições, a todas as reformas e alterações, sem estremecimentos revolucionários, o que importa em superior vantagem, quanto à possibilidade de garantir e assegurar, de modo estável e permanente todos os interesses.

Contra as premissas estabelecidas, parecem concluir as insurreições havidas no Brasil republicano; mas, bem estudados os fatos, não é muito difícil verificar que por tais sucessivas perturbações é principal responsável o elemento

¹⁹¹ O Paiz, Rio de Janeiro, 21 ago. 1897. p. 1.

reacionário, funesto legado do acervo da monarquia, que deve ser cuidadosamente inventariado.

(...)

A anormalidade em que há vivido a República, debatendo-se na voragem das desordens, desde a sua fundação até agora, em mais de sete anos que são já decorridos e contados, é, pois, devida à crise natural da transição.

É da mesma crise que procede a luta do radicalismo republicano, defendendo e afirmando a sua conquista, contra o latente reacionarismo monárquico, que ameaça a obra revolucionária.

Para a consolidação da República é necessário que sejam de vez e definitivamente desfeitas, para nunca mais ressurgirem, as esperanças do partido restaurador.

Mas, para conseguir esse objetivo, não basta arrasar Canudos, dispersando os numerosos e fortes bandos de guerrilheiros, que ainda lá permanecem, enfrentando consideráveis tropas regulares, comandadas por valentes e hábeis generais, o que prova que isso não é tão simples e fácil, como a muita gente porventura se afigure.

A República não pode fazer a prosperidade e grandeza da Pátria, nosso ideal supremo, sem o apoio da opinião e a confiança do povo, que são as fontes únicas de renovação de forças para os governos democráticos.

- Eis aí do que depende a sorte da República.¹⁹²

O regime republicano era visto, pelo que se pode verificar no trecho acima, como o “governo do povo pelo povo”, democrático por excelência. De acordo com o jornal, era preciso consolidá-la, objetivo ainda não alcançado após quase oito anos do 15 de novembro, e, para isso, era mister eliminar a perspectiva restauradora que ainda se mostrava viva no país através de movimentos como o de Canudos.

A República, segundo as palavras do jornal, conclamava seus cidadãos a confiar em suas instituições democráticas, e a apoiá-las contra os restauradores, que desejavam o retrocesso do país, o retorno ao regime monárquico, que havia, de forma inevitável, chegado ao fim no Brasil, mas que ainda esperava ansiosamente por seu retorno. O jornal caracteriza esta esperança como algo quase sem sentido, uma vez que afirma ser a Monarquia comparável a uma “planta de clima frio, ao calor ardente do sol da zona tropical”, e, portanto, que não podia vingar e dar bons frutos neste país.

Por ocasião das comemorações de 7 de setembro, o jornal publicou um pequeno artigo sobre a data, em que deixa claro seu posicionamento em relação ao embate entre Monarquia e República:

Na data de hoje, em 1822, o príncipe regente D. Pedro proclamou a independência do Brasil, nas margens do Ipiranga, em São Paulo, e fez-se aclamar imperador.

¹⁹² O Paiz, Rio de Janeiro, 05 jul. 1897. p. 1. (grifos meus)

Foi a emancipação política do Brasil.

De colônia, a riquíssima colônia de que auferia imensos lucros a metrópole, se transformara no vasto império sobre o qual convergiram as vistas políticas dos ambiciosos da época.

Até 15 de novembro de 1889 – esta data brilhantíssima da história pátria, que importa a transformação política radicalmente feita de uma nacionalidade, operada ao som de hinos entusiastas e de vivas retumbantes, que foram ensinar à velha Europa como um povo jovem e vigoroso sabe querer e sabe o que quer – o Brasil suportou a monarquia, estéril e esterilizadora, que mais procurava atrofiar as forças vitais da Nação, do que estimular-lhe as faculdades produtoras, atirando-a franca e desassombradamente na senda imensa do progresso.

Mas, assim como o império solenizava a data da independência, considerando o dia do seu aniversário como de grande gala, a República, aceitando a herança da monarquia, incluiu-o entre os seus dias de festa nacional.¹⁹³

Assim, o jornal afirmava que a República não pretendia destruir por completo a memória e a herança da Monarquia. O que se pretendia era o progresso, possível somente através do regime republicano – instaurado a 15 de novembro de 1889, “data brilhantíssima da história pátria”. A Monarquia era “estéril e esterilizadora”, bem nenhum poderia trazer ao Brasil, e, por isso mesmo, não mais desejada para conduzir os rumos da história do país.

Ao noticiar um “brilhante discurso” de Lauro Sodré no Senado, *O Paiz* trata novamente de apontar o quanto era impensável o retorno ao regime monárquico, através de um resumo das palavras proferidas por ele. O Império representava a “degradação moral” que fora extirpada do país quase oito anos antes, e a volta ao regime faria com que a própria unidade nacional fosse arriscada:

Sobre as operações de Canudos pronunciou-se com franqueza o ilustre senador, revelando os méritos e serviços do bravo general Arthur Oscar.

S. Ex. apontou naquela região, **não simples fanáticos, mas instrumentos de grave crime político**, de lesa patriotismo, como é a tentativa criminoso de restauração.

Revelando a sua fé na estabilidade da República, mostrou a impossibilidade de retrogradar hoje, indo pedir ao passado as formas obsoletas de governo, abolidas pela Nação. **A monarquia traria a desintegração da Pátria**, porque haviam de proferir os Estados viver pobres e pequenos a constituir-se qualquer deles em parte de um todo de **degradação moral, como era o regime do império**. Atribuiu ao governo a cisão do partido, que foi inoportuna e cheia de consequências lamentáveis. Referiu-se contristado à nova fase por que está passando a República, para a qual pediu um governo capaz, surdo às intrigas de corrilhos e incapaz de ser instrumento nas mãos dos ambiciosos e dos perversos.¹⁹⁴

¹⁹³ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 07 set. 1897. p. 1.

¹⁹⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 set. 1897. p. 1. (grifos meus)

4.4.

O período da expedição de Arthur Oscar

Em julho, foi recebido pelo jornal um telegrama particular enviado da Bahia, publicado em suas páginas, acerca da expedição de Arthur Oscar. O jornal publicou uma espécie de resumo do que vinha nele escrito para conhecimento de seus leitores:

O telegrama narra que um próprio chegado a Alagoinhas e vindo de Monte Santo, conta com grandes minudências os ataques das forças do glorioso exército nacional ao reduto de Canudo, onde, pondo em ação todos os estratagemas, prevalecendo-se do conhecimento que têm de todos os esconderijos, todas as tocas e posições, os celerados ao serviço de Antonio Conselheiro têm hostilizado como umas feras os **nossos heroicos soldados**.

Ainda assim, acrescenta o extenso telegrama reproduzindo as informações do citado próprio, **a valente coluna, tomada da maior coragem, seguindo os exemplos do aguerrido Arthur Oscar e de todos os oficiais que ele chefia, enfrenta os bandidos com heroísmo e abnegação, que, enaltecendo mais e mais as glórias do exército nacional, honram a Pátria que de tais filhos dispõe para a sua defesa.**

As últimas linhas do telegrama afirmam que a forte coluna do general Oscar por três vezes enfrentou já o arraial de Canudos, sem embargo da resistência dos fanáticos, que, no desespero da causa hedionda lançaram mão dos maiores esforços, para fugir ao **esmagamento e à morte, com que as forças legais coroarão a obra da República.**

Após estas informações, não é difícil augurar, como **todos desejamos, a vitória completa e final das forças do laureado exército brasileiro**, que mais uma vez afirmará, com o seu valor, o amor e a dedicação que vota à República, ainda com grande sacrifício de sangue e de vida de centenas dos seus combatentes.¹⁹⁵

Mais uma vez, *O Paiz* enaltecia as qualidades do exército republicano. Arthur Oscar entrava para o panteão dos heróis da República, pela coragem na defesa das instituições contra as “forças restauradoras” de Conselheiro. O massacre aos conselheiristas era tratado no jornal como algo necessário para “coroar a obra da República”. A morte de conselheiristas era uma vitória republicana; a de soldados do exército, um sacrifício dos valentes que assim demonstravam seu amor às instituições, ao progresso e à ordem.

De acordo com o jornal, Canudos resistia às expedições enviadas pelo governo porque estava recebendo ajuda externa – assim como anunciou o *Jornal do Brasil*. Era muito suspeito, segundo a folha, que os conselheiristas conseguissem

¹⁹⁵ **O Paiz**, Rio de Janeiro, 03 jul. 1897. p. 1. (grifos meus)

armamentos e informações táticas sobre o avanço das tropas oficiais sem que algum agente de fora do arraial os estivesse apoiando, interessado na restauração do regime de governo derrubado em 1889, como mostra o trecho a seguir:

Os rebeldes de Canudos estão armados até os dentes; mostram conhecimento dos mais difíceis recursos de campanha; combatem com uma tática superior; apesar dos repetidos encontros, apesar do ardor com que têm respondido ao ataque das forças legais, os seus paíóis parecem inesgotáveis. **Há, pois, quem de longe esteja fornecendo a esse monstruoso núcleo de fanáticos** e de assassinos, e como a manutenção dessa verdadeira praça forte é uma provocação à República, representa um claro atentado ao seu poder, segue-se que só adversários das instituições, políticos interessados na subversão do regime em vigor, partidários francos da restauração do império, podem arriscar tão grossos capitais no custeio dessa temerosa rebelião.¹⁹⁶

Ainda sobre esta questão, na mesma edição, o jornal declara-se contra o governo, mas fiel defensor da República, e que, por isso, suas declarações acerca do arraial de Canudos seriam feitas por interesse em proteger suas instituições.

Já não é só *O Paiz* que fala, que avisa o governo da República, que tenta desvendar o plano da subversão do regime, que mostra os encadeamentos naturais, mas até aqui ocultos entre o fanatismo sanguinário de Canudos e a impenitência restauradora. Oxalá o Dr. Prudente de Moraes, na sua obstinação de incredulidade, não espere a hora do irremediável infortúnio para então se penitenciar do seu descuido e reconhecer que, **embora sejamos adversários do seu governo, a instituição que S. Ex. encarna não tem mais devotados e fiéis sustentadores.**¹⁹⁷

No mês seguinte, em agosto, os rumores de ajuda externa ao arraial ganham proporções internacionais nas páginas d’*O Paiz*. O periódico publicou um editorial de um jornal argentino, o *Nacion*, de 30 de julho, que “dispensa comentários”¹⁹⁸, quase como uma prova concreta da existência de um plano que não estava restrito aos sertões da Bahia:

Os nossos colegas da *Nacion*, de Buenos Aires, publicaram em 30 de julho o seguinte editorial, que dispensa comentários:

“Aos sucessos curiosos ou horripilantes que nos ofereceu e está oferecendo a campanha contra os fanáticos do Conselheiro, sem que ainda o triunfo se decida por algum dos partidos em luta, temos que acrescentar outro detalhe de um simbolismo estranho e pavoroso.

“Trata-se de duas missivas que com um intervalo de dois dias recebemos da *Seccion Buenos Aires de la union internacional de los amigos del imperio del Brasil*, comunicando-nos por ordem da seção executiva em New York, que a referida união tem ainda uma reserva de não menos 15 000 homens – só no estado da Bahia – para reforçar, em caso de necessidade, o exército dos fanáticos; além de

¹⁹⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05 jul. 1897. p. 1. (grifos meus)

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1897. p. 1.

100 000 em vários estados do norte do Brasil e mais 67 000 em certos pontos dos Estados Unidos da América do Norte, prontos a sair em qualquer momento para as costas do ex-império, todos muito bem armados e preparados para a guerra. Também temos, juntam as missivas, armas dos mais modernos sistemas, munições e dinheiro em abundância.

(...)

“Ante o quadro formidável de homens e armas que nos oferecem os misteriosos amigos do império, de forma não menos misteriosa, não sabemos se pensar em uma daquelas terríveis associações que forjam nas trevas seus planos de destruição ou em algum cavalheiro ou cavalheiros dados à mistificação do próximo.

“Entretanto, pelo que possa haver no fundo de tudo isto, é que fazemos constar e acusamos recebimento das repetidas missivas.”

Os conselheiristas, em edição posterior do jornal, a 13 de agosto, foram chamados de “jagunçada monarquista”, reforçando a ideia já exposta muitas vezes antes pelo jornal de o arraial de Canudos era de fato uma tentativa de golpe restaurador. O que estava sendo chamado desde o princípio do conflito de “fanatismo” passava a ser mostrado pelo jornal como um “disfarce” para o ideal monarquista que se escondia nos sertões baianos:

Que momentos de amargura deve já ter suportado o bravo general Arthur Oscar, vendo que, enquanto à frente das suas valorosas forças, sem perder um só palmo das posições adquiridas, procura esmagar os **pérfidos inimigos da República acoutados em Canudos sob o disfarce do fanatismo** (...).¹⁹⁹

O fanatismo, segundo o jornal, já não era suficiente para explicar a resistência da “jagunçada” às forças oficiais:

Não há quem refletindo um pouco sobre o caso de Canudos não se espante da tenacidade corajosa com que os sublevados enfrentam as expedições e, mais do que isso, da demorada resistência que lhe opõem. O fanatismo dá de certo a esses desvairados uma coragem acima de todas as provações, uma confiança na vitória, que nenhum revés perturba, que a consciência da superioridade numérica dos atacantes não enfraquece. Por maior que seja, porém, essa ardente fé no valor da sua causa, na proteção divina aos que por ela se batem, no poder miraculoso de seu chefe, em cujas práticas e em cujos prodígios eles presentem a unção do Senhor e os acoroçoamentos do céu; por mais forte que seja essa idolatria, que, só fazendo pensar nos bens da existência futura, dá um total desapego da terra, dos prazeres corporais, das afeições da família e, portanto, uma incomparável intrepidez para a luta; **por maior império, enfim, que se possa conceder a esse grande fator moral, o certo é que ele só por si não basta para rechaçar legiões aguerridas, dizimar um numeroso corpo de exército**, manter à distância, por três meses, forças disciplinadas, cheias de brio, bem armadas e de uma heroica bravura.²⁰⁰

¹⁹⁹ O Paiz, Rio de Janeiro, 22 ago. 1897. p. 1.

²⁰⁰ O Paiz, Rio de Janeiro, 25 ago. 1897. p. 1.

A explicação que se podia dar para esta resistência ao exército – descrito pelo jornal como “legiões aguerridas”, “forças disciplinadas”, “cheias de brio, bem armadas” – era a intervenção externa. De acordo com a análise do jornal, a ação de agentes de fora do arraial, inclusive de fora do país, estava solidamente comprovada, embora o coronel Telles²⁰¹ insistisse em afirmar que não:

A resistência quer o queira quer não o coronel Telles, existe, poderosa, assoberbadora, indicando um preparo de longos meses, um vasto número de adeptos, uma horda bravia e numerosa de fanáticos, habilitados para a guerra com munições, com armamentos, com boa espionagem, com recursos morais e materiais de indiscutível largueza.

(...)

Para o coronel Telles não há ninguém protegendo de fora os fanáticos. Ninguém os protege, mas eles sabem a tempo das expedições organizadas para os desalojarem, do seu efetivo, dos seus recursos, dos seus planos de campanha; ninguém os protege, mas a expedição Febrônio foi contrariada e iludida miseravelmente por um grande número de pessoas bem classificadas, como pelo poviléu dos arraiais, por mandões políticos, como por fornecedores e cargueiros, e o próprio Moreira César tão atraído foi que em caminho de Canudos telegrafava para aqui exprimindo o seu receio de não encontrar mais essa escória bravia de celerados e de loucos; ninguém os protege, e de Buenos Aires, como já é notório, diferentes remessas de armamento têm sido expedidas para a gente do Conselheiro e daqui mesmo ainda há pouco por Sete Lagoas seguiu uma carga avultada, cuja defesa custou a vida de alguns dedicados policiais mineiros! (...) **A realidade dolorosa, inegável, é que esse fanatismo é explorado por quem dispõe de recursos para comprar armas, para fornecer munições, para assalariar gente adestrada na guerra, para combater, enfim, pela traição, pela emboscada, pelo sacrifício de um exército, a República confiante e sofredora.**

O coronel Telles não presente o inimigo, não lhe quer ver o rastro, considera-o sem valor, apesar das ondas de sangue que correram, apesar dos mártires que ainda lá estão caindo. A República, porém, já sentiu que uma inteligência perversa e feroz a hostiliza, que é a essa maldade destruidora que obedece a rebelião de Canudos, que o valente general Arthur Oscar, enxergando os fanáticos, arrasando essa fortaleza, terá salvo as instituições do mais traiçoeiro e dos mais formidáveis dos perigos. **Defender neste momento o ilustre soldado é defender a honra do exército, é zelar a própria existência da República.**²⁰²

Mais uma vez, portanto, era divulgada a ideia de que o fanatismo era apenas uma forma de disfarçar as reais intenções do arraial liderado por Conselheiro, e os conselheiristas estavam sendo usados por forças externas a Canudos para que se pudesse combater a República e restaurar o regime monárquico.

A 16 de setembro, o jornal veiculou uma notícia sobre um menino de sete anos que fora levado de Canudos por um alferes do exército. Chamava-se

²⁰¹ Coronel e comandante da 4ª Brigada durante a quarta expedição a Canudos.

²⁰² **O Paiz**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1897. p. 1. (grifos meus)

Melchiades²⁰³, e, segundo *O Paiz*, sendo educado por um oficial do exército, se tornaria “útil a sociedade” e viria a ser, certamente, um soldado republicano. Assim, o jornal mostrava-se confiante que uma educação conduzida por um legítimo republicano podia transformar “pequenos jagunços” em fiéis servidores da República. O caso de Melchiades tinha um fator a mais para garantir o sucesso da criação do menino: ele não parecia ligado ao Conselheiro nem aos pais, que, segundo o jornal, maltratavam a criança:

O alferes Hildebrando Bonoso trouxe de Canudos um pequenino jagunço. **Adotou-o o valente oficial e pretende educá-lo, tornando-o um homem útil à sociedade.**

Chama-se Melchiades o menino e tem 7 anos de idade. Se bem que amissíssimo do seu protetor, a criança conserva-se quase fechada em absoluto mutismo às perguntas que se lhe faz; não deixa a fisionomia abrir-se nos risos francos da meninice.

Em compensação, aquele corpinho tem a estrutura de um pequenino atleta. Vigoroso, afeito ao rude trabalho do sertão, o Melchiades lida melhor com as carabinas modernas do que qualquer de nós.

Um distinto irmão do alferes Bonoso trouxe ontem ao nosso escritório o menino. O caboclinho, porque o é quase na pureza indígena, tem a cabeça grande e achatada como o rosto. Seus olhos verdes brilham vivazes de inteligência. Trajava um ternozinho de brim, calçava botinas finas e trazia ao peito a medalha do marechal.

Melchiades não é amigo do Conselheiro e não sente saudades dos pais, cujo tratamento pode-se sintetizar pelo exame de uma cicatriz em cruz que tem na cabeça. Foi o pai o autor daquela brutalidade: mandou certo dia o pequenino raspar umas mandiocas e, como o filho dormisse durante o trabalho, acordou-o ferindo-o daquele modo.

O jaguncinho, na sua linguagem monossilábica, disse-nos que nasceu na Várzea do Emma, e que gosta muito do Rio de Janeiro. **O alferes Bonoso vai educá-lo, o que quer dizer que dali sairá um valente soldado republicano.**²⁰⁴

4.5.

A vitória republicana

A família republicana brasileira deve ir fazendo provisão de flores, muitas flores! É preciso juncar das mais odorantes, das mais velutíneas, o caminho que hão de pisar as forças republicanas vitoriosas. Aproxima-se a hora do triunfo, e é preciso que cada um de nós, se se esqueceu da palavra do marechal “é preciso vigilância contra os inimigos da República”, redima esta falta, **saudando os bravos que tanto padeceram para que não retrogradássemos na evolução social!**

²⁰³ A trajetória de Melchiades em Canudos e sua criação pelo alferes Bonoso foi estudada por Vanessa Sattamini Varão Monteiro em sua tese de Doutorado. (MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Crianças do sertão: a história de vida dos jaguncinhos da guerra de Canudos*. 2011. 152 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, departamento de História, Rio de Janeiro, 2011.)

²⁰⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 set. 1897. p. 1. (grifos meus)

Aproxima-se o dia do triunfo e é necessário fazer continência aos vencedores que voltam!²⁰⁵

A vitória republicana sobre Canudos foi noticiada pelo jornal no dia sete de outubro, mas cinco dias antes, *O Paiz* já anunciava que as comemorações pela tomada do arraial estavam próximas de acontecer. Fica claro, mais uma vez, que o retorno à Monarquia deveria ser temido por todos, e o apoio à República precisava ser incondicional, para que não “retrogradássemos na evolução social”. Por isso, os soldados e oficiais sobreviventes estavam sendo saudados como heróis n’*O Paiz*, por sua coragem na defesa incansável da República, e deveriam ser vistos como tal por todos os brasileiros.

A 06 de outubro, *O Paiz* trazia em suas notícias de Canudos a seguinte declaração, exaltando a atuação do exército que, conforme suas palavras, levava para os sertões baianos a ordem e o progresso:

A destruição dessa frágil resistência não poderia demorar os bravos que num ímpeto irresistível tinham assaltado o temível reduto e plantado em seus escombros a bandeira auri-verde, que nunca fundamentou mais à evidência o seu lema – Ordem e Progresso!²⁰⁶

No dia 07 de outubro, veio a confirmação da vitória do exército sobre os conselheiristas. O jornal novamente expôs a importância desta conquista para o regime político do país e o quanto Canudos representava um mal para a sociedade brasileira, mal este agora neutralizado pela ação militar liderada pelo general Arthur Oscar:

Está, enfim, ocupado pelas forças republicanas o reduto de Antônio Conselheiro. Está, enfim, conquistado o **arraial sinistro**, onde, sob a inspiração restauradora, os sectários do bandido profeta fizeram frente a quatro expedições militares, transformando aquele canto de sertão, de alegre paisagem, numa **necrópole de bravos!** Está, enfim, tomada aquela igreja-cidadela, aquele santuário, onde o feroz predicante da monarquia açulava os fanáticos contra os defensores das instituições nacionais, prometendo-lhes, em nome de Deus, solidário com os Braganças, a entrada franca no céu, desde que a morte os prostrasse na peleja santa contra os soldados da República!²⁰⁷

A caracterização negativa do arraial continua. Este era o “arraial sinistro”, reduto de “inspiração restauradora”, em que habitavam os “sectários do bandido

²⁰⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 02 out. 1897. p. 1. (grifos meus)

²⁰⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 06 out. 1897. p. 1.

²⁰⁷ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 07 out. 1897. p. 1. (grifos meus)

profeta” e que se tornou, por conta dos resultados das três expedições anteriores, e das mortes de membros da quarta, uma “necrópole de bravos” – sendo os “bravos”, claramente, os soldados e oficiais do exército.

A nação brasileira podia descansar tranquila naquela noite, pois o “longo pesadelo” chegara ao fim. Os “bravos soldados” haviam encerrado o episódio de afronta à República com os louros da vitória, e a ameaça monarquista estava eliminada:

Está, enfim, dissipado esse longo pesadelo, que parecia não ter fim, povoado de frêmitos de pavor, atordoante dos soluços das agonias, macabro à força das centenas de cadáveres que já semeavam o campo, das ondas de sangue que solevavam sob um céu de funeral!

Canudos, bombardeado, incendiado, arrasado – é hoje um lúgubre montão de escombros, onde a bandeira da Pátria trêmula orgulhosa ao cento, afirmando enfim o seu domínio sobre essa parte de terra, que por tanto tempo foi o sorvedouro do nosso exército, foi a sepultura de algumas legiões de mártires, e que hoje na sua devastação bem alto canta a glória das nossas forças, a indestrutibilidade da fé republicana! **O antro, onde o monarquismo impenitente se fora acoutar, tentando um último e sanguinolento esforço contra as instituições, uma derradeira cilada contra o seu crédito,** dizimando-lhe os seus soldados, expondo-a a uma série de desastres militares que seriam a confissão da sua impotência, do seu desprestígio, da sua dissolubilidade moral – **esse antro caiu, despedaçado pela bravura do nosso exército,** que gloriosamente se desafiou dos reveses que lhe haviam preparado a ignorância ou o cinismo da politicagem sem escrúpulos.²⁰⁸

A “desforra republicana” estava completa. De acordo com o jornal, Moreira César – um dos grandes novos heróis da República – estava finalmente vingado, assim como todos os outros que teriam sacrificado suas vidas durante a campanha na luta para proteger os interesses republicanos.

Sim, tremulem bem os pavilhões auri-verdes que ontem se desfraldaram nas varandas de tantas casas, porque o dia é de festa, o dia é de orgulho, o dia é de vitória, o dia é de contentamento para os que estremecem esta querida República, sempre hostilizada e sempre dominadora! Há, sim, muitos mortos a chorar, muitos claros nas fileiras dos nossos irmãos; há, é certo, um cemitério inteiro atulhado de cadáveres gloriosos a dar seiva a essa vitória – mas qualquer desses camaradas que uma morte honrosa tornou inertes amaldiçoar-nos-ia se neste momento sufocássemos o nosso júbilo com o pranto pelo desaparecimento da sua alma. O sangue desses heróis viriliza a República, é ele que hoje dá às expansões do regozijo nacional esse calor, essa altivez, essa como que unção religiosa, toda feita de ternura e de força e que exprime o ajoelhar das almas ante o altar da pátria onipotente.²⁰⁹

²⁰⁸ Idem. (grifos meus)

²⁰⁹ Idem.

A comemoração da vitória era, portanto, não só uma celebração da glória dos sobreviventes, mas também uma homenagem aos membros das forças oficiais mortos na campanha. A derrota de Canudos representava, de acordo com a interpretação do jornal, um último e definitivo golpe nas esperanças dos monarquistas de restaurar o regime, e a possibilidade de finalmente estabilizar a República no Brasil.

4.6.

O Paiz e a cultura republicana

O Paiz, por todo o exposto, pode ser considerado um veículo importante na consolidação da cultura republicana, assim como o *Jornal do Brasil*. O periódico estabelece uma clara relação entre a República e a ordem e progresso desejados para o país e entre a Monarquia e todo o atraso que se queria superar de vez. A partir das ideias divulgadas em suas reportagens acerca do conflito em Canudos, *O Paiz* estava buscando firmar um tipo de cultura republicana que tentava se estabelecer no Brasil havia mais de duas décadas.

Em suas páginas, foram criados grandes heróis e grandes inimigos para a República, e se procurou estabelecer um vínculo entre os seus leitores e as figuras heroicas que ali estavam apresentadas. As notícias que circularam neste jornal buscavam despertar na população um sentimento de identificação – e de pertença – em relação à República, partindo da clara definição do inimigo comum a todos: os monarquistas, que, neste caso, eram os homens de Conselheiro e todos aqueles que, de fora de Canudos, os estariam ajudando.

Uma das formas de criar este sentimento de pertença à República são os pronomes, utilizados diversas vezes na primeira pessoa do plural, para associar seus leitores – e de modo geral a população da capital – ao ponto de vista republicano; o exército que combatia os sertanejos era “nosso”, assim como era “nossa” a República a ser defendida nos sertões. Desta forma, se criava uma empatia dos leitores com as forças oficiais e uma ideia de pertencimento à cultura republicana que ainda estava se disseminando no país.

A República era a civilização, a democracia, o progresso, a liberdade, o “governo do povo pelo povo”²¹⁰, enquanto a Monarquia, “estéril e

²¹⁰ **O Paiz**, Rio de Janeiro, 05 jul. 1897. p. 1.

esterilizadora”²¹¹, se opunha a todos estes valores, sendo ligada à barbárie, ao atraso, à tirania, à escravidão. *O Paiz* afirmava, de forma veemente, que o verdadeiro patriota era aquele que apoiava os ideais republicanos. Não era possível ser ao mesmo tempo patriota e monarquista, de acordo com o discurso veiculado pelo periódico.

A República ganhava, em suas manchetes e reportagens, novos heróis. Os soldados e oficiais enviados pelo governo eram a representação plena da coragem, intrépidos defensores dos ideais de progresso e civilização republicanos; eram eles – e também os cidadãos que os apoiavam em sua campanha – os verdadeiros patriotas. Estavam dispostos a dar a vida pela causa republicana; o exército era o “mais valoroso sustentáculo”²¹² de seus valores.

Os sertanejos, por sua vez, foram convertidos nos maiores inimigos que o país tinha naquele momento. Criava-se, assim, entre a população da capital, uma identidade que se forjava frente ao outro, frente ao vilão que devia ser eliminado. Os cidadãos da capital federal passavam a ter, assim, uma identidade republicana em oposição aos monarquistas do sertão, seguidores do “desgraçado fanático” Antônio Conselheiro. Os conselheiristas encarnavam nas páginas d’*O Paiz* o atraso, o desejo de volta da tirania monárquica, o fanatismo religioso, combatido pelos valorosos homens do exército. Além disso, eram caracterizados como “bandidos”, “criminosos”, porque desejavam o retorno à Monarquia.

A guerra de Canudos foi uma oportunidade para que esta nova cultura política enraizasse seus valores no solo brasileiro, contando, para isso, com ajuda de alguns periódicos. *O Paiz*, conforme o exposto acima, contribuiu, neste período conturbado da República, para a disseminação da cultura republicana que ainda estava se afirmando no Brasil.

²¹¹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 07 set. 1897. p. 1.

²¹² *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1897. p. 1.

5. Considerações finais

A República foi proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889. Nesta data, se instaurou oficialmente um novo regime político, que precisava se legitimar. Era preciso consolidar a *cultura política republicana* no país. Esta cultura já vinha se constituindo desde a década de 1880, especialmente pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Conforme exposto anteriormente, são elementos constitutivos de uma “cultura política”, conforme os argumentos de Serge Bernstein, uma “leitura comum do passado”, uma “projeção no futuro vivida em conjunto”, com uma “concepção de sociedade ideal”. Durante a guerra de Canudos, a República, instaurada sete anos antes, era amplamente anunciada como sendo o caminho que levaria o Brasil ao futuro de progresso desejado. Era preciso que este ideal fosse enraizado no solo brasileiro, para que o novo regime ganhasse a estabilidade de que precisava para garantir sua manutenção.

Para isso, a propaganda republicana criou um par antagônico, opondo Monarquia e República, e atribuindo à primeira características daquilo que era necessário rejeitar para que o país pudesse caminhar rumo à civilização e ao progresso, em vez de retomar a direção do retrocesso.

Para a formação ou reafirmação de uma cultura política, os jornais são veículos bastante significativos; jornais na capital federal, centro político do país, se tornam ainda mais importantes neste sentido. Conforme as palavras de Maria Teresa Chaves de Mello, “o que nela acontecia repercutia no país (...)”²¹³ E mais: “Na década (...) de 1880, a cidade do Rio de Janeiro, sede política do país, já se tornara há muito o seu centro econômico, financeiro e cultural.”²¹⁴ Portanto, por sua centralidade para o Brasil, era no Rio de Janeiro, principalmente, que a cultura política republicana devia se disseminar, para, dali, ser irradiada pelo país.

O Jornal do Brasil e *O Paiz*, durante o conflito de Canudos, foram veículos de determinadas ideias vinculadas à guerra que contribuíram para consolidar uma

²¹³ MELLO, 2004, op. cit.,

²¹⁴ Idem, p. 88.

cultura republicana que já vinha se instalando no Rio de Janeiro desde a década de 1880.

O *Jornal do Brasil* se mostrou um pronto defensor da República, ainda que afirmasse que esta não se confundia por completo com o governante que a dirigia. Isto significava separar as instituições republicanas daqueles que as encarnavam, de modo que quaisquer críticas feitas pelo jornal ao governo não eram feitas ao *regime republicano*.

O *Paiz*, jornal republicano desde seu nascimento, era especialmente combativo em relação aos conselheiristas, tratando-os como inimigos da República a serem eliminados sem mais delongas pelo governo. Assim como o *Jornal do Brasil*, o periódico se preocupou em separar as instituições dos governantes, afirmando que sua devoção e defesa da República como regime de governo não implicava a defesa dos políticos no poder.

A República, nas páginas de ambos os jornais, era o regime político a ser defendido, pois era através dela que as mudanças que o Brasil precisava para progredir poderiam ser feitas. De acordo com o que já se divulgava entre os intelectuais e políticos desde a década de 1880, dentro do regime monárquico não haveria mais a possibilidade de reformas; era preciso instaurar o regime republicano. Uma vez proclamada a República, não se podia deixar espaço para a volta da Monarquia, para a volta ao atraso e à escravidão, à centralização e à tirania; era necessário defender a liberdade dos novos tempos.

É preciso retomar brevemente a ideia exposta anteriormente acerca do papel dos jornais para a construção ou reiteração de uma cultura política. Afirma Rodrigo Motta: “nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam **heróis** (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis **inimigos**), mitos, símbolos e os valores morais do grupo (...)”²¹⁵.

Nos dois periódicos, os heróis da República – e a palavra “heróis” foi, de fato, muito usada para caracterizá-los em ambos – eram identificados aos soldados e oficiais do exército. Eles eram as vidas preciosas que o regime republicano estava enviando para os sertões, para eliminar a grande ameaça que os sertanejos representavam. Os soldados foram caracterizados como valentes, bravos, intrépidos defensores do ideal de ordem e progresso associado à República. Eles eram os

²¹⁵ MOTTA, op. cit., p. 23. (grifos meus)

“nossos bravos soldados”, que estavam corajosamente cumprindo sua missão de salvar a “nossa República”. Por meio dos pronomes na primeira pessoa do plural, se estabelecia uma conexão entre os leitores dos jornais e os ideais republicanos. Formava-se, assim, uma dicotomia “nós x eles”; os leitores dos periódicos faziam parte desse “nós”, que se associava ao pensamento republicano, enquanto os sertanejos eram os “outros”, ligados ao retrocesso monárquico.

O homem sertanejo, que a interpretação euclidiana pós-guerra consagrou como “um forte”, foi apresentado pelos jornais como criminosos que a República deveria reprimir. Eles eram vis inimigos do regime, bandidos fanáticos que desejavam a volta à Monarquia; eles eram os vilões de uma história em que mocinhos e bandidos ficaram muito bem definidos pelos dois periódicos. Não havia espaço em nenhum dos dois jornais para questionamentos ou hesitações acerca do conflito. Não havia dúvidas sobre quem devia ser combatido; os conselheiristas preenchiam este papel a cada palavra dita sobre eles nas páginas do *Jornal do Brasil* e d’*O Paiz*. A eliminação dos vilões era da máxima urgência.

O *Jornal do Brasil* e *O Paiz* promoviam, assim, a identificação de seus leitores com os ideais republicanos e os soldados e oficiais que os defendiam nos sertões; na imagem do homem sertanejo, se concretizava a figura do “outro”, do inimigo que devia ser reprimido duramente, para que não acabasse com a ordem republicana. Patriota era aquele que caminhava de mãos dadas com a República e compreendia que somente com a eliminação dos seus inimigos o país poderia avançar.

Portanto, a República, com a colaboração de dois jornais importantes da capital federal, continuava seu processo de consolidação da cultura política que vinha se disseminando na cidade do Rio de Janeiro, e no país, antes mesmo do 15 de novembro de 1889. A guerra de Canudos se mostrou, assim, um episódio ideal para a disseminação e consolidação da cultura republicana na capital federal.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Olímpio de Souza. (org.). *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, 1994.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil - 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: a campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 9.

FERNANDES, Rinaldo de (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. (O Brasil Republicano).

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte em Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição)*. São Paulo: Ática, 1974.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *Com o Arado do Pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. 294f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Canudos: as crianças do sertão como butim de guerra*. 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em *trompe l’oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha”. IN: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, René M. da Costa. “O não-branco, o sertão e o pensamento social brasileiro”. **PRISMAS: direito, políticas públicas e mundialização**. Brasília, v. 3, n. 2, pp. 427-454, jul/dez 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

Periódicos

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Edições de novembro de 1896 a novembro de 1897.

O Paiz, Rio de Janeiro. Edições de novembro de 1896 a novembro de 1897.